

ÁGUAS DA  
AZAMBUJA



RELATÓRIO  
E CONTAS

2020



## ÍNDICE

1.	SÍNTESE DE DADOS / INDICADORES .....	3
2.	MENSAGEM DO PRESIDENTE .....	5
3.	APRESENTAÇÃO DA EMPRESA.....	6
3.1.	Breve Historial .....	6
3.2.	Estrutura Acionista .....	7
3.3.	Órgãos Sociais.....	7
4.	OBJETO DA SOCIEDADE .....	8
5.	MISSÃO E POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO .....	9
5.1.	Missão.....	9
5.2.	Visão .....	9
5.3.	Valores.....	9
5.4.	Objetivos Estratégicos .....	9
6.	SÍNTESE DE ATIVIDADE EM 2020.....	11
6.1.	ENVOLVENTE EXTERIOR .....	11
6.2.	ENQUADRAMENTO LOCAL .....	17
6.3.	Regulação .....	18
6.4.	Recursos Humanos .....	19
6.5.	Regras Societárias.....	20
6.6.	PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS EM 2020.....	21
6.7.	Organização, Processos e Sistemas .....	29
6.8.	ANÁLISE ECONÓMICO – FINANCEIRA.....	30
6.9.	Análise de Gastos e Rendimentos .....	30
6.10.	Análise do Balanço.....	32
6.11.	Indicadores .....	33
7.	PERSPETIVAS PARA O FUTURO.....	34
8.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
9.	OUTRAS INFORMAÇÕES .....	36
10.	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	37
11.	CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2020 E RESPECTIVO ANEXO .....	38



## 1. SÍNTESE DE DADOS / INDICADORES

### Indicadores Financeiros

		2018	2019	2020
Capital Social	Eur	50 000	50 000	50 000
Capital Próprio	Eur	1 821 643	2 246 399	2 778 237
Ativo Líquido Total	Eur	10 311 837	10 187 358	10 492 474
Volume de Negócios	Eur	3 474 122	3 696 940	3 960 338
EBITDA Ajustado ( <i>Cash Flow</i> Operacional)	Eur	966 686	1 069 482	1 286 643
EBIT (Resultado Operacional)	Eur	597 241	738 345	871 584
Resultados Antes de Impostos	Eur	445 218	554 376	693 354
Resultado Líquido do Exercício	Eur	361 280	424 756	531 838
Rentabilidade dos Capitais Próprios	%	19,83%	18,91%	19,14%
Rentabilidade do Ativo	%	3,50%	4,17%	5,07%
Autonomia Financeira	%	17,67%	22,05%	26,48%
Nº de Colaboradores em 31 Dezembro	nº	10	11	11

### Indicadores de Atividade

		2018	2019	2020
Nº de Municípios Abastecidos	nº	1	1	1
Área Geográfica Abrangida	Km2	262	262	262
População Residente na Área Abrangida	nº	21 814	21 814	21 814

### Abastecimento

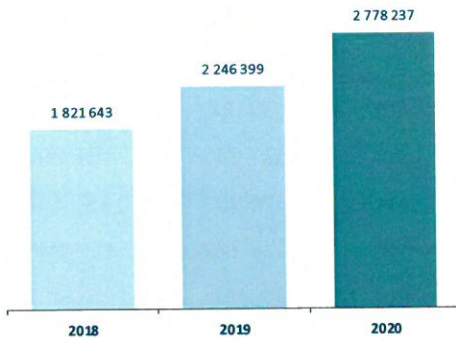
		2018	2019	2020
Nº de Clientes	nº	10 040	10 133	10 177
População Servida	nº	21 378	21 378	21 378
Volume de Água Vendida	(10 <sup>3</sup> m3)	1 139	1 176	1 260

### Saneamento

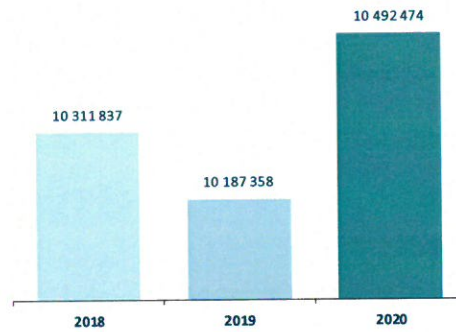
		2018	2019	2020
Nº de Clientes	nº	9 563	9 577	9 641
População Servida	nº	18 519	18 519	18 519
Efluente Facturado	(10 <sup>3</sup> m3)	862	883	944



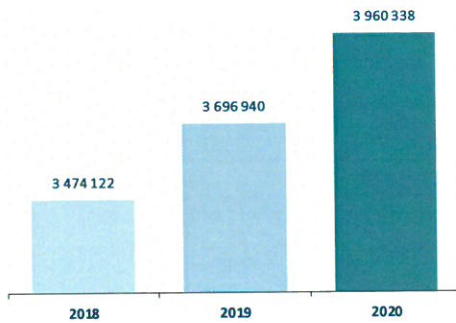
Capital Próprio (€)



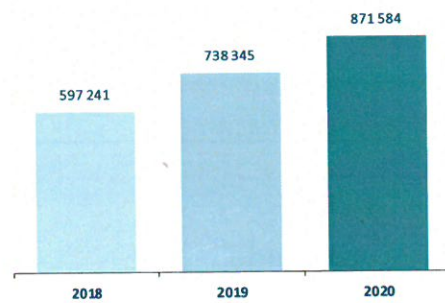
Ativo Líquido Total (€)



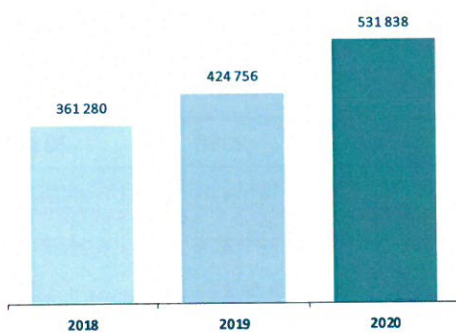
Volume de Negócios (€)



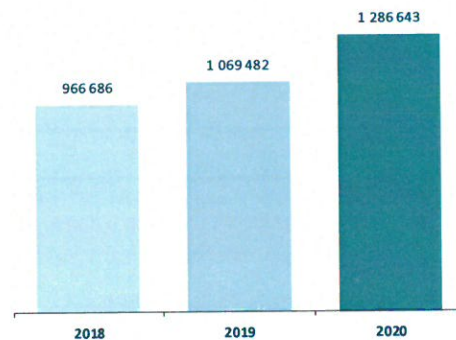
EBIT (Resultado Operacional) (€)



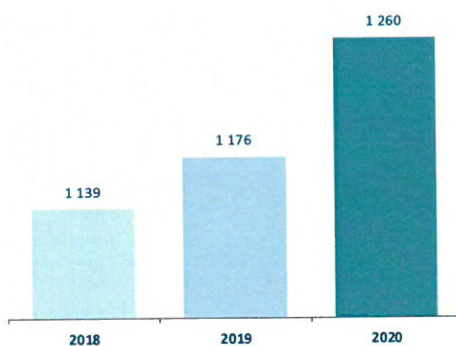
Resultado Líquido do Exercício (€)



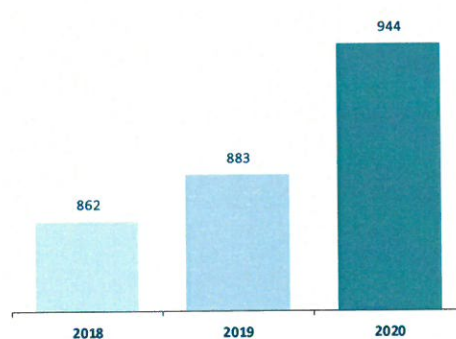
EBITDA Ajustado (Cash Flow Operacional) (€)



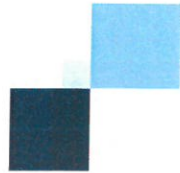
Volume de Água Vendida (x1000 m3)



Efluente Faturado (x1000 m3)







## 2. MENSAGEM DO PRESIDENTE

Após a declaração de Pandemia pela Organização Mundial de Saúde em 11 de março de 2020, o Governo Português aprovou ainda em março um conjunto de medidas excepcionais e temporárias relativas à situação epidemiológica do novo Coronavírus — COVID -19, e decretou o estado de emergência para o País.

A partir desse momento toda a atividade do País ficou direta ou indiretamente afetada por esta situação, a Águas da Azambuja não foi exceção, durante o ano de 2020 a sua operação foi marcada pela conjuntura de emergência de saúde pública.

As medidas extraordinárias adoptadas pelo Governo prolongaram-se, implicando níveis de restrição e de adaptação diferenciados, ao longo de todo o ano.

Para responder a este cenário de epidemia pelo novo coronavírus, a Águas da Azambuja elaborou um Plano de Contingência, tendo como princípios:

- Salvar a saúde dos seus colaboradores;
- Limitar o contágio nas suas instalações;
- Preservar a continuidade da atividade, nomeadamente o abastecimento de água em quantidade e qualidade, assegurando a manutenção dos serviços mínimos;
- Envolver as Entidades oficiais, que possam garantir o apoio na resolução da situação de crise;
- Envolver as Entidades que se encontram na cadeia de valor do serviço prestado pela empresa;
- Gerir a informação, interna e externamente, de modo claro e concreto.

O ano decorreu de forma completamente atípica, envolto em grande ansiedade generalizada e com todas as alterações de hábitos que surgiram com o novo normal resultante da pandemia. A Águas da Azambuja conseguiu garantir sempre a continuidade da sua atividade, cumprir os objetivos de melhoria de infraestruturas a que se propôs e salvar a manutenção de um dos melhores níveis de serviço a nível nacional.

Mantemos a convicção no nosso trabalho e capacidade de fazer bem, procurando trabalhar sempre em conjunto com a Concedente e demais entidades relacionadas, com o objetivo principal da melhoria contínua do serviço prestado aos nossos clientes.

O Presidente do Conselho de Administração

Paulo Jorge Almeida Oliveira



## 3. APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

### 3.1. BREVE HISTORIAL

A sociedade AdAz - Águas da Azambuja, SA, foi constituída a 10 de março de 2009, em resultado da adjudicação do Concurso Público Internacional lançado pelo Município de Azambuja em abril de 2007, para a Concessão da exploração e gestão conjunta dos serviços municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha e rejeição de águas residuais no concelho.

Em 11 de maio de 2009 foi celebrado o Contrato de Concessão entre o Município de Azambuja e a Águas da Azambuja, S.A. No dia 11 de julho de 2009 deu-se início ao arranque da fase de exploração da concessão (período de funcionamento normal), que se irá prolongar por um período de 30 anos. Após esta data a responsabilidade da gestão técnica, operacional e administrativa dos sistemas municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha e rejeição de águas residuais passou para a empresa Águas da Azambuja.

Em junho de 2011 foi apresentado ao Município um pedido de reequilíbrio da Concessão por força de alterações legislativas significativas, nomeadamente a publicação do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, cujo prazo de adaptação terminou a 20 de agosto 2012 e de condicionantes várias, relativamente ao Caso Base anexo ao Contrato de Concessão. Este pedido resultou num processo negocial mais alargado de revisão do Contrato de Concessão iniciado em janeiro de 2012 e que culminou em dezembro de 2012 na estabilização da Minuta de Aditamento. Após parecer da Entidade Reguladora (ERSAR) em abril de 2015, a minuta de Aditamento foi aprovada pelo município em Assembleia Municipal em junho de 2015.

No dia 23 de junho de 2016 foi assinado o 1º aditamento ao Contrato de Concessão, que entrou em vigor no dia 22 de agosto de 2016, após análise e despacho do Tribunal de Contas. Concluiu-se assim o processo de reequilíbrio da Concessão e retomou-se a implementação de um conjunto de ações relacionadas com o aditamento, nomeadamente o Plano de Investimentos, o Regulamento de Serviços, o Tarifário e o processo de revisão de tarifas. A 23 de agosto de 2019, é publicado em Diário da República o Regulamento Geral de Águas de Abastecimento e Águas Residuais do Município de Azambuja, aprovado em reunião ordinária da Câmara Municipal de Azambuja de 18 de junho de 2019.

No final de outubro de 2019 foram concluídas as obras do Plano de Investimentos revisto, associadas ao abastecimento de água (Obras FA01/FA11), promovendo assim a estruturação do sistema de abastecimento no eixo Aveiras-de-Cima | Alcoentre. O funcionamento integral deste sistema está condicionado à estabilização do reforço da capacidade adução por parte da EPAL/AdVLT ao reservatório de Alcoentre.

Relacionado com o Plano de Investimentos inicial, será de realçar a conclusão de todos os trabalhos relativos à rubrica “Outros investimentos a realizar por indicação da Concedente” com a construção e arranque do Sistema Elevatório de Casais da Caneira, alargando assim a cobertura de serviço a esta área da Freguesia de Aveiras-de-Cima.

A execução do Projeto de ligação da zona industrial de Azambuja / Vila Nova da Rainha à rede de drenagem de águas residuais domésticas passou a ser desenvolvida em articulação com a IP-Infraestruturas de Portugal, S.A. no âmbito dos projetos de remodelação da EN 3 em Azambuja, encontrando-se a aguardar igualmente o consentimento por parte da AdTA para a ligação deste sistema ao subsistema de Casais de Baixo.

Relativamente às condicionantes impostas pelo atraso na conclusão do Plano de Investimentos por parte da entidade em alta AdTA no Município de Azambuja, destaca-se positivamente o arranque do Sistema Intercetor



de Casais das Boiças em janeiro de 2020 e negativamente a não conclusão do Sistema Interoceptor Vila Nova de São Pedro e Casais de Além, cujo arranque do sistema se prospectiva para 2021. Este atraso na conclusão do sistema em alta no Município de Azambuja continua a impactar a cobertura de serviço prevista.

### 3.2. ESTRUTURA ACIONISTA

A Águas da Azambuja é uma Empresa com um capital de 50.000 euros, com a seguinte Estrutura Acionista:

Aquapor – Serviços, S.A.	74,98%
EcoImpact, S. A	25,00%
Luságua – Serviços Ambientais, S. A	0,01%
Luságua Alcanena - Gestão de Águas, S. A	0,01%

### 3.3. ÓRGÃOS SOCIAIS

#### Mesa da Assembleia Geral:

Sr. Gaspar Barbosa Borges – Presidente;

Sr.ª Maria da Piedade Rosa Pragosa Moreira – Secretária.

#### Conselho de Administração:

Eng.º Paulo Jorge Almeida Oliveira – Presidente;

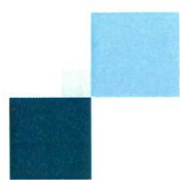
Eng.º Tiago Azevedo Fernandes de Carvalho – Vogal;

Dr. António José Martins de Sousa Lucas – Vogal.

#### Órgão de Fiscalização:

Fiscal Único: Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.

Suplente do Fiscal Único: Dr. Luís Miguel Gonçalves Rosado



## 4. OBJETO DA SOCIEDADE

### OBJETO

*A sociedade tem por objeto a exploração e gestão conjunta dos serviços públicos municipais de distribuição de águas e de recolha e rejeição de águas residuais em sistemas unitários e separativos na área do Município de Azambuja, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as Instalações, Infraestruturas e Equipamentos que compõem os sistemas concessionados, bem como de recolha, transporte e encaminhamento adequado de Águas Residuais provenientes de fossas particulares domésticas e industriais.*

(art.º 3 dos Estatutos da Sociedade)

Com o apoio

# ÁGUAS DA AZAMBUJA



O objeto da Sociedade traduz-se na:

- (i) Exploração e gestão conjunta dos serviços públicos municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha e rejeição de águas residuais do Município de Azambuja por um período de 30 anos;
- (ii) Execução das obras do Plano de Investimentos da Concessionária, tendo em vista a persecução dos objetivos de 98% de cobertura da população em abastecimento de água e de 95% de cobertura da população em drenagem de águas residuais.





## 5. MISSÃO E POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO

### 5.1. MISSÃO

Satisfazer as necessidades no domínio do abastecimento de água e saneamento de forma eficiente, garantindo o abastecimento em quantidade e qualidade, promovendo elevados índices de satisfação das populações, potenciando a sua atividade como ferramenta de apoio ao desenvolvimento económico e social a nível local e assegurando a preservação do ambiente.

### 5.2. VISÃO

Ser uma Concessão que se constitua como marca de confiança dos seus clientes, pela excelência do serviço público prestado.

### 5.3. VALORES

A Águas da Azambuja pretende manter uma cultura própria através da assunção dos seguintes valores:

- Dinamismo e Profissionalismo;
  - Espírito de Equipa;
- Criação de valor;
- Respeito pelo ambiente;
- Ética;



### 5.4. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

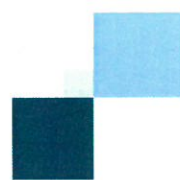
Os objetivos estratégicos, ordenados pelas diferentes áreas da empresa, são os seguintes:

#### Global:

- Cumprir o contrato de concessão e fomentar o bom relacionamento com a Entidade Concedente;
- Adequar todos os contratos associados ao contrato de concessão às necessidades da empresa;
- Promover a eficácia na gestão;
- Contribuir para o desenvolvimento económico e social da região e promover a integração da empresa na comunidade.

#### Recursos Humanos:

- Otimizar a Formação dos colaboradores da empresa;
- Potenciar as competências da empresa;
- Incentivar a comunicação interna e o espírito de equipa;
- Criar mecanismos de coordenação e de partilha de informação.



#### Área Técnica:

- Assegurar a fiabilidade no abastecimento de água e recolha de águas residuais;
- Garantir uma adequada qualidade da água distribuída;
- Reduzir o número de consumos ilícitos;
- Reduzir o número de afluência indevidas;
- Redução das perdas na rede de água.

#### Área Comercial:

- Promover a excelência na qualidade do serviço e melhorar a qualidade de vida dos nossos clientes criando alternativas;
- Desenvolver novos produtos e serviços procurando a satisfação do cliente;
- Aumentar a notoriedade da empresa e o conhecimento do mercado, como alavanca à expansão do negócio;

#### Área Financeira:

- Maximizar a criação de valor;
- Otimizar os proveitos operacionais;
- Otimizar os custos da estrutura.







## 6. SÍNTESE DE ATIVIDADE EM 2020

### 6.1. ENVOLVENTE EXTERIOR

#### ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

##### Geral

Em 2020 verificou-se uma quebra acentuada da atividade económica mundial que, de acordo com a Comissão Europeia, andar´a em torno dos -3,5 % (+2,9 % em 2019). Esta redução do produto interno bruto (PIB) só encontra paralelo na Grande Depressão de 1929, sendo extensível a todas as economias avançadas e a um conjunto alargado de países emergentes e em desenvolvimento, com um abrandamento expressivo da Ásia. A queda acentuada da atividade econmica reflete o impacto da pandemia da doença COVID-19, mais concretamente a redução da atividade da indústria/comércio/serviços; a deterioração do mercado de trabalho e a maior instabilidade dos mercados financeiros internacionais,

Num contexto de uma política monet´aria mais expansionista, de regresso aos estímulos monet´arios não convencionais do Banco Central Europeu e do lançamento de v´arios programas de injeção extraordin´arias de liquidez, prevê-se que as taxas de juro de curto prazo se mantenham em valores historicamente baixos durante um período prolongado.

De acordo com a informação histórica do Banco de Portugal e EMMI, a evolução da Euribor nos últimos 3 anos foi a seguinte (valores no fim do período):

	2018	2019	2020
Euribor 1M	-0,37%	-0,40%	-0,50%
Euribor 3M	-0,32%	-0,35%	-0,42%
Euribor 6M	-0,27%	-0,30%	-0,34%
Euribor 12M	-0,18%	-0,21%	-0,30%

Fonte: EMMI (valores médios de fim de período)

O **preço do petróleo** situou-se em torno dos 39 dólares o preço do barril em 2020, representando pouco mais de 60% do valor registado em 2019 (64 dólares) devido à fraca procura associada à pandemia da doença COVID-19.

##### Portugal

Contração da economia portuguesa em resultado do choque económico provocado pela pandemia da doença COVID-19 e das medidas de contenção implementadas. Neste contexto, a taxa de variação real do **PIB** para 8,1 %,

A pandemia teve um efeito negativo na procura externa relevante para as **exportação**es portuguesas em 2020, prevendo-se uma redução de 20,1 % nas exportaoes, após registar-se um crescimento de 3,5 % em 2019.



Parte deste efeito reflete uma redução nas exportações de serviços do setor do turismo, onde o impacto da pandemia foi particularmente severo.

O **consumo privado** reduziu em 6,8 %, após registar um crescimento de 2,4 % em 2019. A redução, que é mais acentuada na componente de bens duradouros, reflete a diminuição do rendimento disponível das famílias.

As **importações** de bens e serviços caiu 14,4 %, em linha com a evolução da procura global.

No mercado de trabalho, verifica-se um aumento da taxa de **desemprego** de 7,2 % (6,5 % em 2019).

Relativamente à evolução nos preços, a inflação, medida pelo **Índice de Preços no Consumidor (IPC)**, regista uma variação média nula, após registar um crescimento de 0,3% em 2019.

A taxa de variação média anual do **Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC)** situou-se em -0,2%, (redução de 0.5p.p. face ao ano de 2019).

Apresentam-se em seguida as taxas de variação anual dos principais indicadores económicos, com base na informação do Banco de Portugal e do INE:

Taxa de variação anual	2018	2019	2020
PIB	2,4%	2,2%	-8,1%
IPC	1,0%	0,3%	0,0%
IHPC	1,2%	0,3%	-0,2%
Desemprego	7,0%	6,5%	7,2%
Consumo Privado*	3,1%	2,4%	-6,8%
Consumo Público*	0,9%	0,7%	0,4%
Exportações*	3,8%	3,5%	-20,1%
Importações*	5,8%	4,7%	-14,4%

Fonte: Banco de Portugal e INE (Nova Série - Base 2016)

\* Dados Dezembro de 2020

A evolução das tarifas de **energia elétrica** de venda a clientes finais em Portugal Continental mostra uma redução generalizada:

	2018	2019	2020
Média Tensão	167	167	161
Baixa Tensão Especial	181	182	176
Baixa Tensão Normal	151	146	142

Fonte: ERSE;





## ENQUADRAMENTO DO SETOR 2020

Em termos Nacionais, o PENSAAR 2020 constitui, desde 2014, o instrumento estratégico para o Setor de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais, com enfoque na gestão eficiente de recursos, na evolução do setor no sentido da melhoria da qualidade e excelência do serviço e no acesso das populações a um serviço público de abastecimento e saneamento adequado às suas necessidades e com custos socialmente aceitáveis.

### Portugal - Atividade do Setor

Existem atualmente em Portugal 420 entidades gestoras, das quais 267 com atividade de abastecimento público de água, excluindo-se cerca de 48 microentidades formadas por Juntas de Freguesia ou Associações de Utilizadores, 269 com atividade de saneamento de águas residuais urbanas e 275 com atividade na gestão de resíduos urbanos.

O setor é caracterizado por uma grande diversidade de realidades, não apenas ao nível do modelo de gestão adotado, mas também em relação à escala e recursos económico-financeiros e técnicos das entidades gestoras.

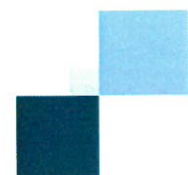
Segundo a ERSAR (RASARP, 2020), no abastecimento de água em alta, verifica-se que as concessões multimunicipais abrangem o maior número de municípios (174) e de população (5,1 milhões habitantes), sendo também o modelo que cobre a maior parte do território nacional, cerca de 71%.

No saneamento em “alta”, o tipo de modelo com maior representatividade é igualmente o das concessões multimunicipais, com 202 municípios e 7 milhões de habitantes, abrangendo 74% da área territorial.

Entidades Gestoras em "Alta"	Água	Saneamento	Resíduos Urbanos
Concessões Multimunicipais	6	8	12
Concessões Municipais	5	2	-
Delegações estatais	1	-	-
Parcerias Estado / Municípios	1	1	-
Empresas Municipais ou Intermunicipais	1	-	8
Juntas de freguesia/ Associação de utilizadores	-	-	-
Associações de Municípios	-	1	3
Serviços Municipalizados ou Intermunicipalizados	2	-	-
Serviços Municipais	2	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>18</b>	<b>12</b>	<b>23</b>

Fonte: ERSAR, RASARP, 2020





Na vertente da “baixa”, existem em Portugal, 307 entidades no abastecimento de água e 257 no saneamento de águas residuais, repartidas por 8 e 5 modelos de gestão, respetivamente.

Nos serviços de abastecimento de água em “baixa”, os serviços municipais são o modelo com maior representatividade, abrangendo cerca de 3 milhões de habitantes e 186 concelhos, seguindo-se os serviços municipalizados ou intermunicipalizados, com 2,3 milhões de habitantes e 22 concelhos, as concessões municipais com cerca de 1,9 milhões de habitantes e 32 concelhos, e as empresas municipais ou intermunicipais, com 1,8 milhões de habitantes e 28 concelhos.

Ao nível do saneamento de águas residuais em “baixa”, os serviços municipais têm a maior representatividade, abrangendo cerca de 3,7 milhões de habitantes e 190 concelhos, seguindo-se os serviços municipalizados ou intermunicipalizados (2,3 milhões de habitantes, em 21 concelhos), as empresas municipais ou intermunicipais (1,8 milhões de habitantes, em 28 concelhos), as concessões municipais (1,7 milhões de habitantes, em 23 concelhos) e as parcerias Estado/municípios (0,6 milhões de habitantes, em 18 concelhos).

Entidades Gestoras em "Baixa"	Água	Saneamento	Resíduos Urbanos
Concessões Multimunicipais	1	-	-
Concessões Municipais	27	23	-
Delegações estatais	1	-	-
Parcerias Estado / Municípios	2	2	-
Empresas Municipais ou Intermunicipais	23	23	18
Juntas de freguesia/ Associação de utilizadores	48	-	-
Associações de Municípios	-	-	2
Serviços Municipalizados ou Intermunicipalizados	20	19	8
Serviços Municipais	185	190	225
<b>TOTAL</b>	<b>307</b>	<b>257</b>	<b>253</b>

Fonte: ERSAR, RASARP, 2020

No que se refere à **acessibilidade física dos serviços** de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, ambos em “baixa”, de acordo com os parâmetros de qualidade da Entidade Reguladora (RASARP, 2020), é considerada boa para o território continental, com exceção da acessibilidade ao serviço de saneamento de águas residuais em áreas mediantemente urbanas, considerado apenas como mediano.



Abastecimento de água em Portugal continental	
Serviço em baixa	
Área predominantemente urbana	99%
Área mediamente urbana	95%
Área predominantemente rural	93%

Saneamento de águas residuais em Portugal continental	
Serviço em baixa	
Área predominantemente urbana	97%
Área mediamente urbana	84%
Área predominantemente rural	72%

Fonte: ERSAR, RASARP, 2020

Em termos de número de concessões municipais de abastecimento de água em baixa, entre as 27 concessões existentes, a Aquapor detém 11, representando 43,3 % em termos do número de alojamentos servidos por concessões, a que se acresce a Luságua Lisboa que faz a gestão da área do Porto de Lisboa.

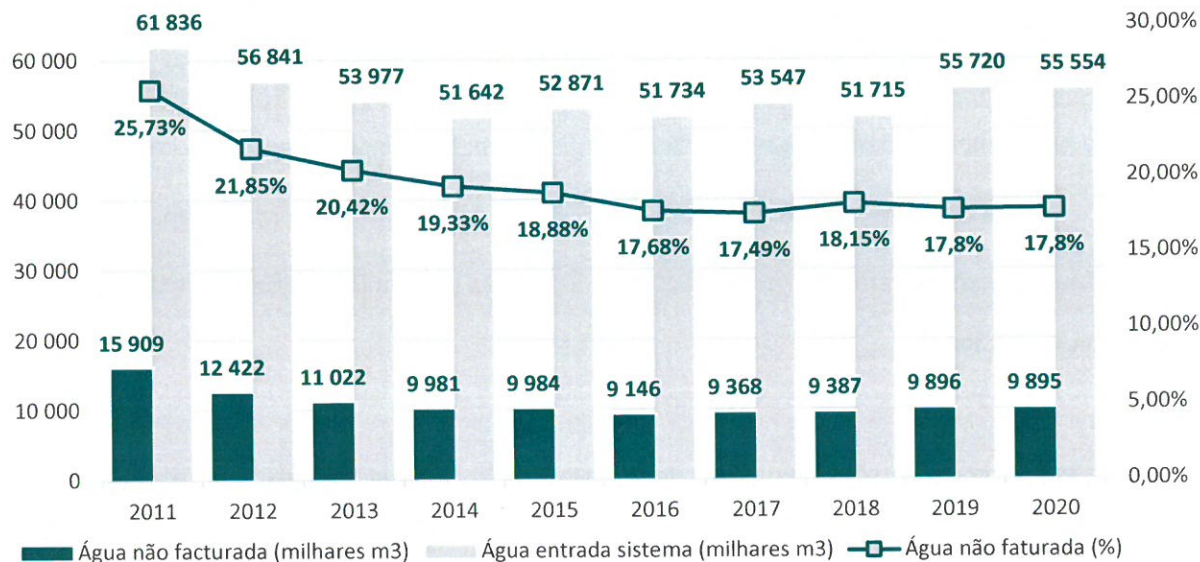
Entidades Gestoras - Baixa	Nº Entidades	Alojamentos existentes (milhares)	Água Entrada Sistema (milhares m <sup>3</sup> )	Água não faturada (%)
<b>GRUPO AQUAPOR</b>	<b>11</b>	<b>406</b>	<b>54 551</b>	<b>17,7</b>
Concessões Municipais	27	937	106 199	17,9
País	256	5 594	824 465	28,8

Fonte: ERSAR, RASARP, 2020

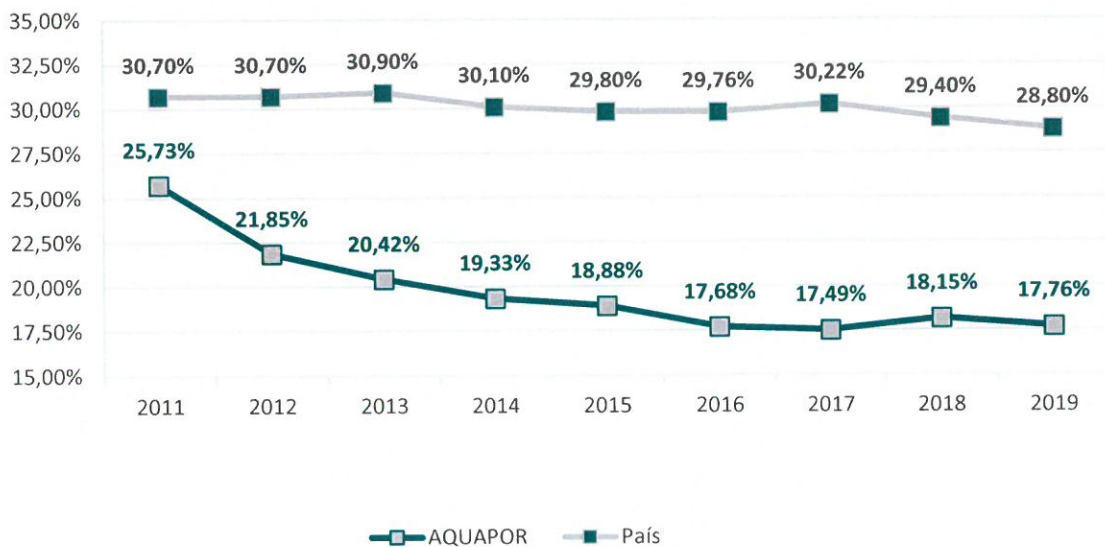
Quanto a **água não faturada**, segundo o RASARP 2020, a média continental foi de 28,8% referente ao ano de 2019, enquanto a média do Grupo Aquapor foi de 17,7 % no mesmo período. A tabela e gráfico seguintes refletem a evolução do Grupo Aquapor ao longo dos últimos anos, já contemplando o ano de 2020, em que o nível de água não faturada foi de 17,8%.

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Água entrada sistema (*)	61 836	56 841	53 977	51 642	52 871	51 734	53 547	51 715	55 720	55 554
Água não faturada (*)	15 909	12 422	11 022	9 981	9 984	9 146	9 368	9 387	9 896	9 895
Água não faturada (%)	25,73%	21,85%	20,42%	19,33%	18,88%	17,68%	17,49%	18,15%	17,76%	17,81%
Clientes (Nº)	382 294	379 695	378 019	378 537	378 628	378 426	382 407	385 536	401 642	403 810

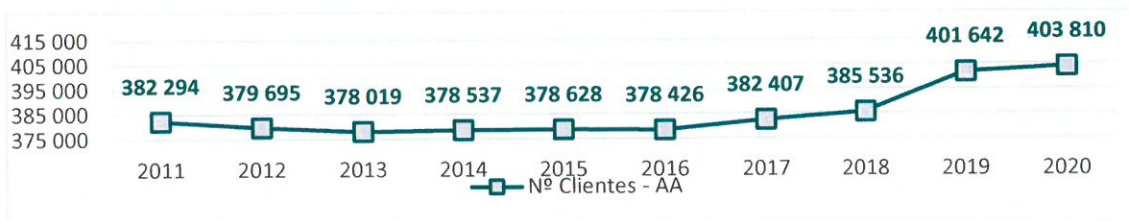
(\*) Valores em milhares m<sup>3</sup>



Comparando a evolução da água não facturada com a média do País dos últimos anos:

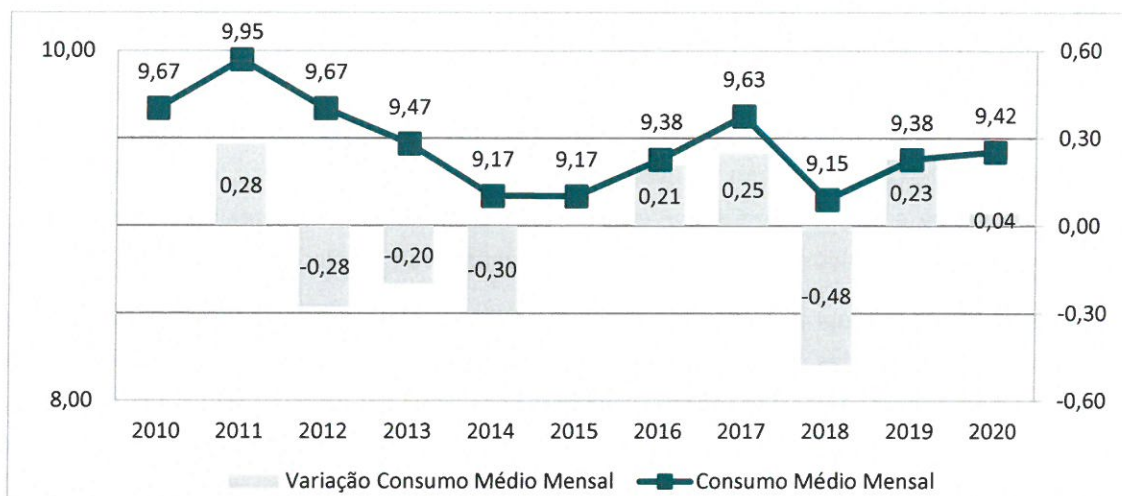


No gráfico seguinte, apresenta-se a evolução do número de clientes registada nos últimos anos, sendo de notar o aumento significativo do ano de 2019 associado ao arranque da Águas de Vila Real de Santo António.



Quanto ao **consumo**, para o universo de municípios e clientes servidos pelo Grupo Aquapor, verifica-se um acréscimo de 0,04 m<sup>3</sup>/Cliente/mês, situando-se em 9,42 m<sup>3</sup>/Cliente/mês:





## 6.2. ENQUADRAMENTO LOCAL

A Águas da Azambuja é a Concessionária por um período de 30 anos, em regime de exclusividade, dos sistemas de distribuição de água para consumo público e de recolha e rejeição de águas residuais do Município de Azambuja, com uma área geográfica de 262 km<sup>2</sup>, uma população de 21.814 habitantes<sup>1</sup>, ± 8.200 famílias e ± 11.900 alojamentos clássicos.

É uma Concessão Municipal, operando em baixa, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 379/93, de 5 de novembro e do Decreto-Lei n.º 194/2009 de 20 de agosto. Os serviços de fornecimento de água e o tratamento de águas residuais em alta foram assegurados pela empresa Águas do Oeste S.A., concessionária do Sistema Multimunicipal da região do Oeste, até junho de 2015 e pela empresa Águas de Lisboa e Vale do Tejo até junho de 2017. No início do 2º semestre de 2017 e na sequência da nova reestruturação do setor das águas ao nível dos sistemas multimunicipais através da cissão de alguns dos sistemas multimunicipais, a empresa Águas do Vale do Tejo, S.A. (AdVT) passou a ser a entidade gestora em alta na área do abastecimento e a empresa Águas do Tejo Atlântico, S.A. (AdTA) a entidade gestora em alta responsável pelo tratamento de águas residuais.

A atividade económica do Concelho da Azambuja assenta fundamentalmente em agricultura e florestas integradas em fileira de produção e, mais recentemente, serviços de transportes e logística. O concelho de Azambuja adquiriu, a nível nacional, apoiado nas excelentes acessibilidades e centralidade, uma posição de relevo na área da logística, desde a logística mais banal à logística de elevada rentabilidade e de maior especialização.

O Concelho da Azambuja encontra-se assim integrado numa região metropolitana alargada, situando-se numa área que concentra parte significativa da produção nacional e da população residente no país. Este quadro favorável e de proximidade tem permitido a consolidação dos setores industrial, da logística e dos transportes e o desenvolvimento do sector agroflorestal, assim como a criação de atividades complementares, de cariz cultural e turístico.

<sup>1</sup> INE – Resultados CENSOS 2011.

Os resultados dos Censos de 2011 indicam para o Concelho da Azambuja um crescimento populacional na ordem dos 3% na década 2001-2011 e um aumento significativo do número de alojamentos disponíveis que se traduzem em mais 17% de oferta, quando comparado com o ano de 2001.

A distribuição espacial da população no território concelhio apresenta um padrão de concentração em pequenos aglomerados dispersos um pouco por todo o território, bipolarizado por dois núcleos mais relevantes – Azambuja e Aveiras de Cima – e apoiado noutros núcleos com alguma dimensão à escala do Concelho, designadamente Alcoentre, Manique do Intendente, Vale do Paraíso e Vila Nova da Rainha.

Em termos de dinâmica demográfica das freguesias, a evolução recente tem sido caracterizada pelo acentuar das assimetrias intra-concelhias, as quais se têm apoiado em dois mecanismos distintos, mas complementares nesse processo: concentração dos ganhos populacionais nas freguesias de Aveiras de Cima e Azambuja, devido às condições de acessibilidade rodoviária e com maior dinamismo económico; perdas demográficas nas freguesias mais afastadas dos eixos viários estruturantes, mais rurais, designadamente Manique do Intendente e Vale Paraíso.<sup>2</sup>

### 6.3. REGULAÇÃO

A atividade de Águas da Azambuja é regida por:

- Contrato de concessão de exploração e gestão dos serviços públicos municipais de distribuição de águas e de recolha e rejeição de águas residuais em sistemas unitários e separativos na área do Município de Azambuja, estabelecido com o Município de Azambuja em 11 de maio de 2009, com a duração de 30 anos;
- Primeiro aditamento ao Contrato de Concessão celebrado a 23 de junho de 2016;
- O Tarifário de Abastecimento de Água e de Drenagem de Águas Residuais, que contempla, na sua fórmula de revisão tarifária, a variação do Índice de preços ao consumidor (IHPC – Índice Harmonizado de Preços ao Consumidor publicado pelo Banco de Portugal) e os encargos associados à compra de água e ao tratamento de efluentes em alta;
- Regulamentos Regulamento Geral de Águas de Abastecimento e Águas Residuais do Município de Azambuja, publicado a 23 de agosto de 2019 que estabelecem e definem as regras da relação comercial com os Utilizadores e as condições a que devem obedecer os sistemas de distribuição pública e predial na área de intervenção da Águas da Azambuja;
- Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos – ERSAR, que é a entidade que regula todos os serviços públicos de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos e simultaneamente é a autoridade competente para a qualidade da água para consumo humano.
- A ERSAR realiza, anualmente, a avaliação da qualidade de serviço das entidades gestoras, que decorre com o envio dos dados até 31 de março, auditoria e validação final, após o período de contraditório. Em 2019

---

<sup>2</sup> Revisão do Plano Diretor Municipal da Azambuja - Avaliação Ambiental Estratégica, abril de 2010, elaborado por Traço e Ambiente, Lda. atualizado com base nos resultados dos CENSOS 2011



a ERSAR deu continuidade à avaliação de desempenho referente ao ano de 2018, divulgada publicamente pela ERSAR através do RASARP (Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal).

- Com uma periodicidade anual, a Águas da Azambuja, enquanto entidade gestora, tem ainda a responsabilidade de submeter à aprovação da ERSAR os Planos de Controlo da Qualidade da Água para o ano seguinte, relativos ao fornecimento de água em baixa e em alta ao município do Cadaval.
- Autoridade Concelhia de Saúde – a atuação desta entidade abrange a atividade da concessão, através da vigilância sanitária da qualidade da água fornecida pela Águas da Azambuja, que é feita de modo regular ao longo do ano. Para além dos ensaios realizados à água distribuída à população, foram também promovidas reuniões com a Autoridade de Saúde, para análise dos programas de controlo de qualidade da água implementados.
- Legislação geral do sector, sendo de realçar a publicação do Decreto-lei n.º 152/2017 de 07 de dezembro, que procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 306/2007 de 27 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 92/2010 de 26 de julho, que estabelece o regime da qualidade da água para consumo humano.

#### 6.4. RECURSOS HUMANOS

A empresa tem ao seu serviço 11 colaboradores distribuídos, em termos de vínculo contratual, da seguinte forma:

<b>Colaboradores</b>				
	2018	2019	2020	Var. %
Contrato sem Termo	8	7	7	0%
Contrato Termo Certo	2	4	4	0%
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>10</b>	<b>11</b>	<b>0%</b>

<b>Saídas e Admissões</b>				
	2018	2019	2020	Var. %
Admissões		1	2	100%
Saídas		1	1	0%
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	

O número de colaboradores aumenta em relação ao ano anterior, registando-se duas admissões e uma saídas.

Em termos de eficiência dos recursos humanos verifica-se de 2019 para 2020, uma redução ao nível dos m<sup>3</sup> vendidos por n.º de colaborador e uma redução do rácio n.º de colaboradores por cada 1000 clientes, inerentes ao aumento do número de colaboradores.

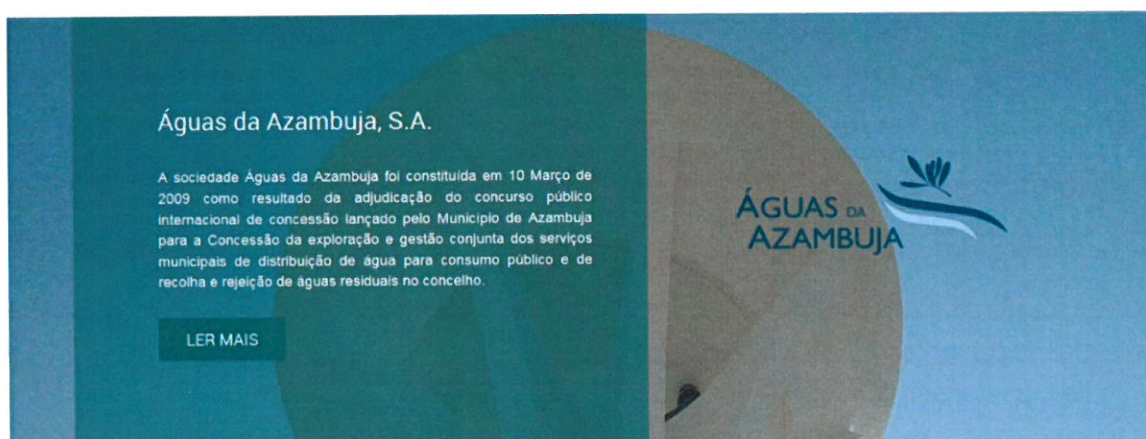


## 6.5. REGRAS SOCIETÁRIAS

A empresa rege-se pelo definido no seu pacto social. A Assembleia Geral reúne obrigatoriamente nos três primeiros meses de cada ano, nos termos do disposto no artigo 366º do Código das Sociedades Comerciais e sempre que requerida por um ou mais acionistas com capacidade para o fazerem.

A gestão da sociedade é assegurada por um Conselho de Administração composto por três membros, e que reúne, no mínimo, uma vez em cada trimestre. A gestão corrente da sociedade é realizada pelo Diretor Geral por delegação de competências no âmbito do mandato conferido pelo Conselho de Administração.


As regras definidas pelos acionistas, através de regulamentos e comunicações internas, estabelecem os princípios, regras e condutas a adotar no desenvolvimento da atividade da empresa, em particular do controlo orçamental, regras contabilísticas, pessoal e limite de competências para a aprovação de compras e realização de investimentos.



**Águas da Azambuja, S.A.**

A sociedade Águas da Azambuja foi constituída em 10 Março de 2009 como resultado da adjudicação do concurso público internacional de concessão lançado pelo Município de Azambuja para a Concessão da exploração e gestão conjunta dos serviços municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha e rejeição de águas residuais no concelho.

[LER MAIS](#)







## 6.6. PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS EM 2020

### Factos Relevantes

Como facto relevante, é de destacar a situação pandémica vivida à escala global que afetou necessariamente as rotinas de operação dos sistemas e os hábitos económico sociais de todos as Partes Relacionadas com a Águas da Azambuja.

Apesar da situação pandémica e dos constrangimentos impostos, a Águas da Azambuja assegurou sempre a continuidade do serviço de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais, tendo sido implementadas um conjunto alargado de medidas ao nível comercial que permitiram minimizar as condicionantes impostas à circulação e ao atendimento de clientes. Poderemos por isso afirmar que a Águas da Azambuja, com o suporte dos seus acionistas, conseguiu reinventar-se, promovendo uma transição digital acelerada ao nível do relacionamento com os utilizadores.

Apesar de todas as condicionantes impostas, verificou-se uma estabilidade do negócio sustentada nos consumos domésticos e na principal atividade económica do concelho relacionada com a logística alimentar.

O evoluir da situação socioeconómica do país, as restrições legislativas impostas ao nível dos processos de faturação e cobrança e o retomar da atividade normal serão certamente um desafio para o sector e para a Águas da Azambuja

Com a conclusão em outubro de 2019 da obra FA01/FA11 – Reforço do Abastecimento de Água no eixo Alcoentre / Aveiras-de-Cima / Aveiras-de-Baixo, ficou estabelecido no ano de 2020 entre as entidades EPAL/AdvT e Câmara Municipal de Azambuja, o reforço das captações em Alcoentre que irão assegurar no futuro os volumes necessários a uma eventual expansão da área industrial Norte de Aveiras de Cima, criando assim as condições necessárias ao funcionamento integral deste sistema adutor.

No ano de 2020 foi renovado o sistema adutor à Freguesia de Vale do Paraíso e a rede de distribuição adjacente, concretizando uma melhoria significativa no que diz respeito ao abastecimento a esta freguesia e minimizando desta forma o impacto negativo na interrupção do abastecimento associado às operações de conservação e manutenção necessárias na rede.

Na freguesia de Alcoentre, Povoação de Arrifana, foi renovado todo o sistema de seccionamento por forma a melhorar a gestão da rede em situação de avaria e manutenção, minimizando o impacto junto dos utilizadores.

No final do ano de 2020, deu se inicio à reabilitação dos reservatórios Casais de Britos I e II, estando a intervenção concluída no início do ano de 2021.

Foram ainda realizados estudos relacionados com a setorização da rede na Zona de Medição e Controlo de Azambuja, com vista à melhoria do desempenho do Sistema.

Relativamente ao Sistema de Telegestão, foi realizado um acompanhamento e implementadas melhorias no Projeto, tendo sido finalizado o arranque do sistema global, com um evidente ganho na melhoria das condições de monitorização do sistema de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais.

Na rubrica “Outras obras a realizar pela Concessionária por indicação da Câmara Municipal de Azambuja” foi concluída a Obra “Sistema de Drenagem de Águas Residuais de Casais Vale Coelho” em Aveiras de Cima – Coletor gravítico e EEAR da Estrada da Caneira. Em articulação com o Município de Azambuja, foram ainda executadas as seguintes empreitadas:

- Substituição da conduta distribuidora de água na zona envolvente ao Parque da Milhariça em Avieras de Cima;

- Substituição da conduta distribuidora de água e respetivos ramais de clientes na Rua do Maxial em Alcoentre;
- Pavimentações em arruamentos em Alcoentre na sequência de empreitadas e intervenções efetuadas pela Águas da Azambuja

A AdAz continuou o trabalho de renovação do parque de contadores, tendo substituído em 2020 um total de 279 contadores, que representam aproximadamente 3% do parque de contadores, adequando assim a idade e as suas condições de funcionamento, quer nos pequenos contadores domésticos, quer nos grandes consumidores com soluções tecnológicas distintas.

De salientar ainda o arranque pela AdTA do Sistema Intercetor de Casais das Boiças em janeiro 2020 e o arranque da obra de interligação alta/baixa a cargo da AdTA em Vila Nova de São Pedro. Esta intervenção permitirá concluir a ligação da rede de águas residuais em baixa, sendo expectável que a exploração futura do sistema seja assegurada pela Águas da Azambuja.

Integrada em grupos de trabalho promovidos pela AQUAPOR, a Águas da Azambuja deu continuidade à implementação de ferramentas operacionais associadas ao: Plano de Segurança da Água (AquaControl), monitorização da rede de abastecimento de água (Neptune Network Supervisor Engine) e iniciou a implementação da solução SIG na Plataforma da ESRI, acompanhando assim a evolução das melhores práticas do setor.

## DESEMPENHO DO SISTEMA

### Exploração do Sistema

A concessão, ao longo da sua atividade, tem conseguido implementar melhorias nos sistemas de abastecimento de água e de saneamento, cumprindo com os objetivos estratégicos da empresa.

Em 2020 e no que diz respeito ao rendimento do sistema de abastecimento, apesar das ações implementadas pela empresa, registou-se uma diminuição na percentagem de água não faturada, que se situou nos 20 %, o que representa uma variação de – 1.7% p.p. face ao ano anterior.

### Volume de Água (m<sup>3</sup>)

	2018	2019	2020	Var. %
Água Aduzida	1 512 972	1 509 075	1 584 442	5,0%
Água Vendida	1 138 504	1 175 504	1 260 372	7,2%
<b>Perdas % (I)</b>	<b>25%</b>	<b>22%</b>	<b>20%</b>	<b>-1,7 p.p.</b>

*(I) inclui perdas físicas, económicas e outras de carácter operacional*

O volume de água aduzida ao sistema (compra em alta) aumentou, face ao ano de 2019, em 75.367 m<sup>3</sup>, o que representa uma variação de + 5%. O volume faturado registou um aumento, no valor de 84.868 m<sup>3</sup>, representando uma variação de + 7.2% face ao ano anterior. O referido aumento de consumo verificou-se em alguns tipos de clientes, em especial, nos clientes domésticos (+ 62.187 m<sup>3</sup>) e comércio/indústria (+ 12.457 m<sup>3</sup>).



No que diz respeito ao desempenho do sistema de drenagem de águas residuais domésticas, no ano de 2020 verificou-se, face a 2019, um incremento do volume de águas residuais entregue para tratamento à entidade gestora em alta, quantificado em 111.565 m<sup>3</sup> (2020: 1.130.340 m<sup>3</sup>; 2019: 1.018.775 m<sup>3</sup>), representando uma variação de + 10.9% motivado pelas características do ano hidrológico e de um maior volume de água recolhido.

Em relação ao serviço prestado a clientes de recolha e transporte de águas residuais verificou-se, face a 2018, um aumento volume faturado, correspondente a 58.476 m<sup>3</sup> (2020: 941.808 m<sup>3</sup>; 2019: 883.332 m<sup>3</sup>), representando uma variação de + 6.6%.

O valor de aflúncias indevidas (diferença entre volume de águas residuais recolhido e faturado e o volume entregue para tratamento) registado em 2020 foi de 188.532 m<sup>3</sup>, o que corresponde a um rendimento global do sistema de 83.3 %.

## PLANO DE INVESTIMENTOS / NOVAS INFRAESTRUTURAS

Durante o ano de 2020, foi dada continuidade ao Plano de Investimentos associado ao 1º Aditamento ao Contrato de Concessão, tendo sido concluídos os investimentos na rubrica “Outras obras a realizar pela Concessionária por indicação da Câmara Municipal de Azambuja” com a conclusão da empreitada “Sistema de Drenagem de Águas Residuais de Casais Vale Coelho - Coletor gravítico e EEAR da Estrada da Caneira” em Aveiras de Cima.

## Manutenção do Sistema

As principais atividades de manutenção preventiva e curativa dos sistemas de abastecimento e saneamento foram asseguradas através de contrato de prestação de serviços com entidades externas:

- Luságua – Serviços Ambientais S.A.: manutenção dos sistemas eletromecânicos;
- Pragosa Ambiente, S.A.: despejo de fossas e a limpeza/desobstrução de coletores;
- Paulo Bento Construções, Lda.: manutenção da rede de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais;
- Aqualongo, Lda.: deteção ativa de perdas de água.

No decorrer do ano de 2020 foram reparadas 126 roturas na rede, o que significa uma diminuição de 5.3 % face ao ano de 2019, que registou 133 roturas. Nos meses de maio e julho, realizaram-se campanhas de pesquisa ativa de fugas, tendo sido detetadas e reparadas 8 roturas não visíveis.

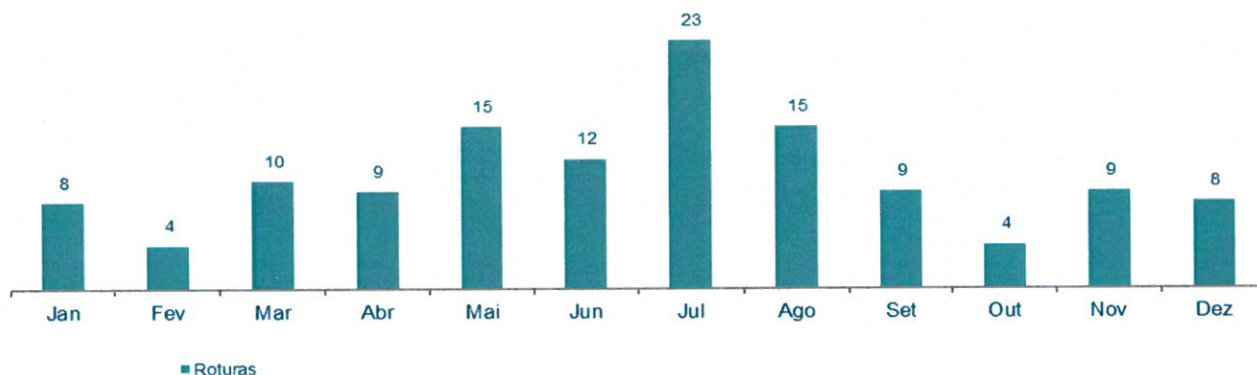
No quadro seguinte é apresentado o número de reparações mensais de roturas durante o ano de 2020.

### Roturas

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
<b>Roturas</b>	<b>8</b>	<b>4</b>	<b>10</b>	<b>9</b>	<b>15</b>	<b>12</b>	<b>23</b>	<b>15</b>	<b>9</b>	<b>4</b>	<b>9</b>	<b>8</b>	<b>126</b>



### Roturas

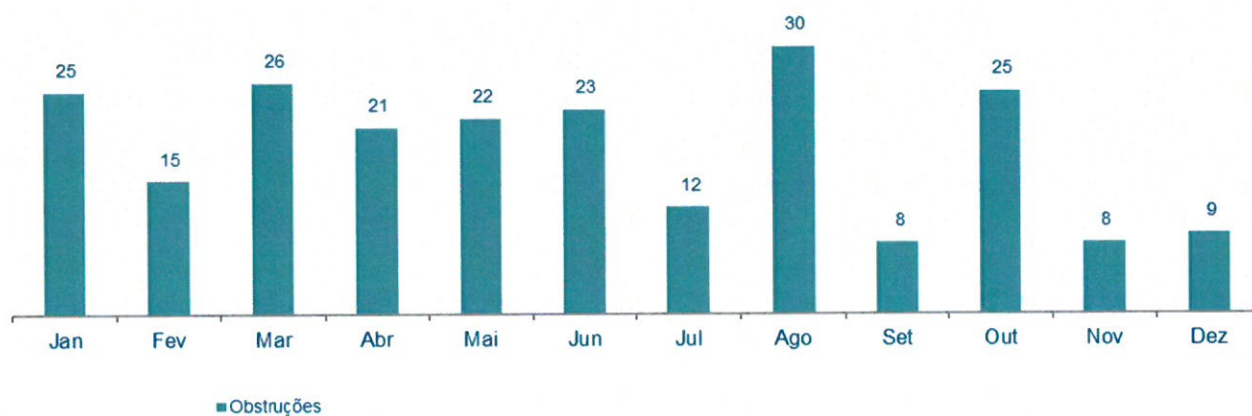


Relativamente à rede de saneamento, o número de obstruções em coletores em 2020 foi igual a 224. O reduzido número de obstruções estará, também, diretamente relacionado com a manutenção preventiva da rede de drenagem.

### Obstruções

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Obstruções	25	15	26	21	22	23	12	30	8	25	8	9	224

### Obstruções



Relativamente à limpeza de fossas, foram assegurados 737 serviços, registando-se um incremento de 19.6% face ao ano 2019 (com 616 limpezas). O aumento progressivo do número de serviços registado desde 2018 (com 524 serviços) resulta também da implementação do novo tarifário na área do saneamento, aplicável a todos os clientes domésticos.





## Sistema de Controlo da Qualidade da Água para Consumo Humano

A atividade de monitorização da qualidade da água desenvolveu-se de acordo com o programa de controlo da qualidade da água (PCQA), que compreende a vertente de controlo legal como entidade gestora em alta e em baixa, aprovado pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) assim como a vertente de controlo operacional.

O programa de controlo da qualidade da água (entidade gestora em baixa e em alta) para 2018, estabelecido de acordo com o Decreto – Lei nº 306/2007 de 27 de agosto e o Decreto-Lei n.º 152/2017 de 07 de dezembro, foi totalmente cumprido mediante a realização de 114 Controlos de Rotina 1 (CR1), 42 controlos de Rotina 2 (CR2) e 11 Controlos de Inspeção (CI).

Durante o ano de 2020 registaram-se 3 incumprimento, num total de 1123 determinações regulamentares. Relativamente aos incumprimentos verificados, e tendo em conta os resultados das análises de verificação da inconformidade (contra-análises), importa esclarecer que a origem dos mesmos deverá estar relacionada com a rede predial de abastecimento de água dos edifícios / instalações onde foram recolhidas as amostras (e não com a rede pública de abastecimento de água).

Em 2020 foram monitorizados 114 pontos de amostragem, tendo sido assegurada a rotatividade e a distribuição pelas 9 zonas de abastecimento existentes, para além do ponto de entrega em alta ao município do Cadaval.

Os pontos selecionados abrangeram locais públicos e clientes particulares, designadamente escolas, jardins-de-infância, lares de idosos, espaços públicos, restaurantes, cafés e alojamentos, estes últimos selecionados a partir do sistema de informação e gestão de clientes (AQUAMATRIX).

De salientar que no ciclo anual de avaliação promovido pela Entidade Reguladora (ERSAR), referente ao ano 2019 e publicado em 2020, no que se refere à qualidade da água fornecida à população, o indicador que avalia a água controlada e de boa qualidade, “% Água Segura” situa-se nos 99,91%, o que se traduz num excelente desempenho, de acordo com a avaliação da ERSAR.

## Imagem e comunicação

Em 2020 a empresa continuou a realizar campanhas de divulgação da sua atividade, no sentido de promover a confiança e satisfação dos seus clientes. Neste sentido realizou campanhas de divulgação em jornais locais relativos à eficiência ambiental, água segura e apoio solidário a uma instituição do concelho.

No âmbito de projetos de solidariedade, manteve a parceria com a Associação de Solidariedade Social Casa do Pombal, uma IPSS com sede na freguesia de Aveiras de Cima, que acolhe crianças em risco para a qual contribuiu com donativos que contaram com a participação de 735 clientes, através da adesão ao débito direto e/ou à fatura eletrónica.



## Área Comercial

Em 2020 registou-se, face ao ano anterior, um aumento de 44 clientes na área do abastecimento de água e, relativamente ao serviço de drenagem de águas residuais, um aumento de 64 clientes.

Durante o ano de 2020 foram construídos 32 ramais de água e 16 ramais de saneamento, na sequência de pedidos de ligação à rede (não contempla os ramais construídos no âmbito do Plano de Investimentos).

A Águas da Azambuja celebrou 796 novos contratos de fornecimento de água, associados, em grande parte, à dinâmica do mercado de aluguer de habitação. Face ao ano de 2019 (901 novos contratos) regista-se uma diminuição de - 11.1% no número de novos contratos celebrados.



## Baixas de Fornecimento

No decurso do ano 2020, a Águas da Azambuja registou 752 rescisões de contrato de fornecimento o que resulta, tendo em conta o número de novos contratos (796) numa variação total de 44 clientes.



### Suspensões de fornecimento

Relativamente a suspensões de fornecimento por falta de pagamento (controlo de cobranças), ocorreram 306 suspensões no fornecimento, um aumento de + 10.1 % face a 2019 (com 278 suspensões de serviço).

### Campanha de Substituição de Contadores

Durante o ano de 2020 foram substituídos 279 contadores (aproximadamente 6 % do parque de contadores) registando-se, a dezembro de 2020, uma idade média do parque de contadores de 7 anos.

### Vendas e Prestações de Serviços

	2018	2019	2020	Var. %
Venda de Água	1 546 418	1 642 463	1 792 214	9%
Taxa de Disponibilidade	617 684	635 754	675 327	6%
<b>Total Vendas de Água + Taxa Disp.</b>	<b>2 164 102</b>	<b>2 278 217</b>	<b>2 467 541</b>	<b>8%</b>
Tarifa de Utilização de Saneamento	1 116 942	1 164 246	1 248 951	7%
Ramais Domiciliários (Água)	38 359	56 497	35 047	-38%
Ramais Domiciliários (Saneamento)	7 690	30 705	40 754	33%
Outros Serviços	147 030	167 274	168 045	0%
<b>Total das Prestações de Serviços</b>	<b>1 310 021</b>	<b>1 418 723</b>	<b>1 492 797</b>	<b>5%</b>
<b>Total de Volume de Negócios</b>	<b>3 474 122</b>	<b>3 696 940</b>	<b>3 960 338</b>	<b>7%</b>

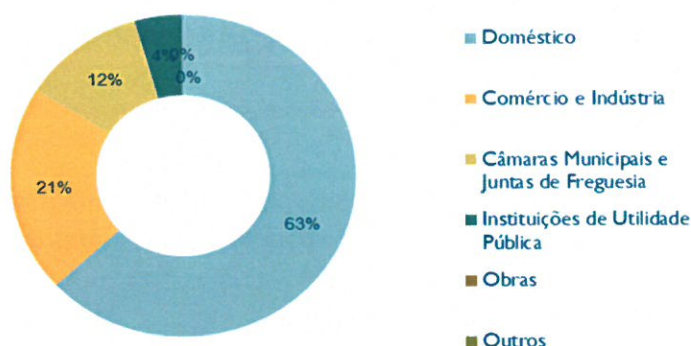
Em termos de faturação, a empresa atingiu um volume de negócios de 3.960.338 Euros

### Tipo de Cliente

	Volume Vendido (m3)	Peso no Total (%)	Valor da Venda (€)	Tarifa Média (€)	Nº de Clientes	Peso no Total (%)
Doméstico	796 340	63%	897 705	1,13	8 730	86%
Comércio e Indústria	261 880	21%	670 743	2,56	955	9%
Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia	146 176	12%	157 204	1,08	239	2%
Instituições de Utilidade Pública	55 976	4%	66 563	1,19	253	2%
Obras	0	0%	0		0	0%
Outros	0	0%	0		0	0%
<b>Total</b>	<b>1 260 372</b>		<b>1 792 214</b>		<b>10 177</b>	



Tipo de Cliente



A dezembro de 2020 os clientes do tipo “Doméstico” (8 730) representam a larga maioria dos clientes, com 86% do total de contratos existentes (8.730), seguindo-se os clientes do tipo “Comércio e Indústria” (955) que representam 9,0% do universo de clientes. No entanto, no que toca   distribui o do volume de água vendido por tipo de cliente, a diferença diminui, com os clientes do tipo “Doméstico” a representar 63% do volume fornecido (796.340 m<sup>3</sup>) e os do tipo “Comércio e Indústria” 21% (261.880). Como seria expectável, no que toca ao valor de venda (fatura o associada   tarifa volumétrica), a diferença entre os dois tipos de clientes volta a diminuir substancialmente, verificando-se que os clientes do tipo doméstico correspondem a 50,2% (897 705  ) e o “Comércio e Indústria” a 37,4% do volume de venda (670 743  ).

Em média, verifica-se um consumo 10,32 m<sup>3</sup> por cliente e por mês. No que toca   capita o associada a clientes domésticos, verifica-se um consumo médio de 7,60 m<sup>3</sup> por cliente e por mês.

### Formas de Pagamento

Apresenta-se, na tabela seguinte, a distribui o no número de pagamentos de faturas pelos vários canais de pagamento disponibilizados a clientes. Face ao ano de 2019 o número de pagamentos efetuados na loja da empresa diminuiu cerca de 47%, representando 9,9% do total (11.849 pagamentos). O meio de pagamento com maior representatividade – recolhe a preferência de 46 % dos clientes –   o Multibanco, que apresenta um aumento, por compara o com 2019 (43.516), de 11.895 pagamentos (+ 9.9 %); O Débito em conta, em 2019 era o canal mais utilizado (35,7% em 2019), apresenta um crescimento de 916 pagamentos (+ 2%) representando no total uma percentagem de 37,3%.

### Modalidade de Pagamento

	2018	2019	2020	Var. %
Loja	25 393	22 498	11 849	-47%
Débito em Conta	42 923	43 632	44 548	2%
Payshop	12 816	12 648	7 712	-39%
Multibanco	41 098	43 516	55 411	27%
<b>Total</b>	<b>122 230</b>	<b>122 294</b>	<b>119 520</b>	





Destaca-se ainda, em relação à fatura digital, a adesão de mais 813 clientes registando-se, a dezembro de 2020, um total de 2 400 clientes (23.6 %) aderentes.

## 6.7. ORGANIZAÇÃO, PROCESSOS E SISTEMAS

### Organização e Processos

No que respeita aos aspetos organizacionais e de procedimentos, a empresa encontra-se estabilizada no modelo definido para a gestão e manutenção das infraestruturas de água e águas residuais, em conjunto com a fiscalização e acompanhamento das Obras que fazem parte do Plano de Investimentos.

A este respeito, salientamos novamente o trabalho desenvolvido ao nível do cadastro técnico e comercial, que permite um elevado nível de conhecimento das infraestruturas e dos utilizadores. Em termos gerais, a Concessão engloba 10 177 contratos ativos a 31 dezembro de 2020.

Apresenta-se de seguida um breve resumo das infraestruturas em serviço.

	2020	2019
<b>Infra-Estruturas</b>	<i>nº/km</i>	<i>nº/km</i>
Rede de Abastecimento de Água	295	284
Rede de Saneamento	143	143
Reservatórios	18	18
Estações Elevatórias de Abastecimento	7	7
Estações de Tratamento de Águas Residuais	22	21

### Relações com o Concedente e com outros interessados no desempenho da Sociedade

O relacionamento entre a empresa e o Município de Azambuja tem sido muito positivo e de grande proximidade permitindo ultrapassar as situações decorrentes do normal funcionamento e atribuições da Concessão, tanto a nível da operação de infraestruturas assim como no relacionamento com os clientes e outras entidades interessadas.

A este nível é de realçar o contacto próximo com as Juntas de Freguesia, as entidades gestoras em alta Águas do Vale do Tejo e Águas do Tejo Atlântico, Autoridade Concelhia de Saúde e Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos.

## 6.8. ANÁLISE ECONÓMICO – FINANCEIRA

### NOTA INTRODUTÓRIA:

A análise económica e financeira que se apresenta de seguida sintetiza os resultados alcançados pela Águas da Azambuja, S.A., no exercício de 2020, bem como a situação patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2020.

A leitura deste capítulo deve ser feita em conjugação com as demonstrações financeiras e notas anexas a este relatório.

## 6.9. ANÁLISE DE GASTOS E RENDIMENTOS

A empresa registou, no ano de 2020, um resultado líquido de 531.838 euros.

<b>Demonstração dos Resultados</b>				<i>(em euros)</i>
	2018	2019	2020	Var. %
Vendas	2 164 102	2 278 217	2 467 541	8%
Prestações de Serviços	1 310 021	1 418 723	1 492 797	5%
<b>Volume de Negócios</b>	<b>3 474 122</b>	<b>3 696 940</b>	<b>3 960 338</b>	<b>7%</b>
Proveitos Suplementares				
Trabalhos Para a Própria Empresa				
CMVMC	898 204	914 149	945 439	3%
Fornecimentos e Serviços Externos	1 309 133	1 377 268	1 432 537	4,0%
Gastos com o Pessoal	229 853	283 716	290 350	2,3%
Outros Resultados Operacionais	(232 838)	(138 032)	(33 521)	76%
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (RADFI)</b>	<b>804 095</b>	<b>983 775</b>	<b>1 258 490</b>	<b>28%</b>
Amortizações	206 854	245 430	386 906	58%
<b>Resultado operacional (RO)</b>	<b>597 241</b>	<b>738 345</b>	<b>871 584</b>	<b>18%</b>
Resultados Financeiros	(152 023)	(183 970)	(178 230)	3%
<b>Resultados Antes de Impostos</b>	<b>445 218</b>	<b>554 376</b>	<b>693 354</b>	<b>25%</b>
Imposto Sobre o Rendimento	83 937	129 620	161 516	25%
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>361 280</b>	<b>424 756</b>	<b>531 838</b>	<b>25%</b>

<b>Demonstração dos Resultados</b>				<i>(em euros)</i>
	2017	2018	2019	Var. %
<b>EBITDA Ajustado (Cash-Flow Operacional)</b>	<b>966 686</b>	<b>1 069 482</b>	<b>1 286 643</b>	<b>20%</b>
<b>Margem EBITDA Ajustado</b>	<b>36%</b>	<b>28%</b>	<b>32%</b>	<b>17%</b>
<b>EBIT (Resultado Operacional)</b>	<b>597 241</b>	<b>738 345</b>	<b>871 584</b>	<b>18%</b>
<b>Margem EBIT</b>	<b>30%</b>	<b>17%</b>	<b>22%</b>	<b>28%</b>

*EBITDA Ajustado = Resultado Operacional + Amortizações - Provisões - Imparidades*

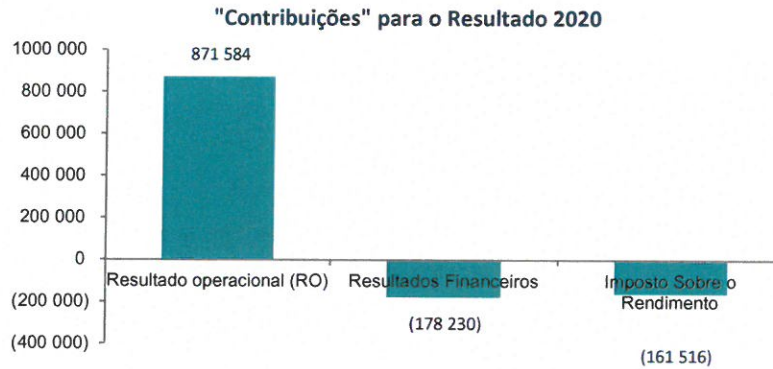
*Margem EBITDA Aj = EBITDA Aj / Volume de Negócios*

*Margem EBIT = EBIT / Volume de Negócios*





O Resultado Líquido obtido teve como principais contribuidores:

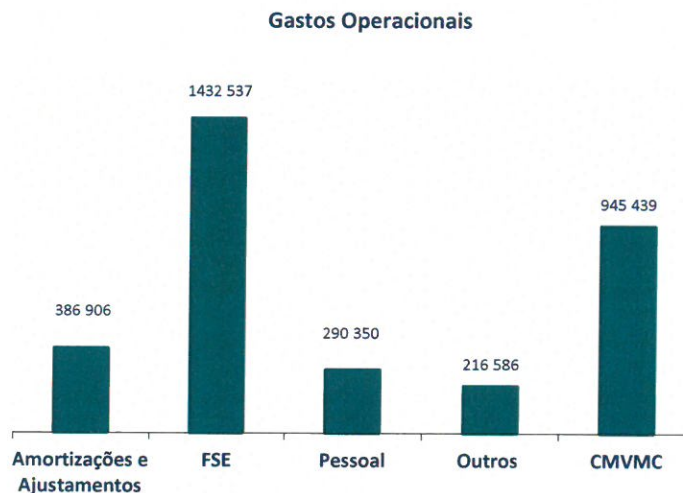


### EBIT (Resultado Operacional)

O EBIT (Resultado Operacional) registou um resultado positivo de 871.584 euros. Os rendimentos operacionais no montante total de 4.061.283 euros superaram os gastos operacionais que atingiram os 3.529.445 euros

O volume de negócios cresceu 7% essencialmente por via de maior caudal faturado.

Relativamente aos Gastos Operacionais temos a seguinte decomposição:



Os **Fornecimentos e Serviços Externos** aumentaram 4%.

### Resultado Financeiro

A vertente financeira registou uma melhoria de 3% com um resultado negativo de 178 mil euros, explicado pelos reembolsos efetuados em 2020.

## 6.10. ANÁLISE DO BALANÇO

Balanço	(em euros)			
	2018	2019	2020	Var. %
<b>Ativo</b>				
Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis	6 156 708	7 570 813	7 628 680	1%
Outros	102 466	82 909	93 311	13%
<b>Total dos Ativos não Correntes</b>	<b>6 259 174</b>	<b>7 653 722</b>	<b>7 721 991</b>	<b>1%</b>
Créditos a receber	980 743	1 057 989	1 141 686	8%
Diferimentos	68 389	68 465	68 441	0%
Outros	3 003 531	1 407 182	1 560 356	11%
<b>Total dos Ativos Correntes</b>	<b>4 052 663</b>	<b>2 533 636</b>	<b>2 770 483</b>	<b>9%</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>10 311 837</b>	<b>10 187 358</b>	<b>10 492 474</b>	<b>3%</b>
<b>Capital Próprio e Passivo</b>				
<b>Capital Próprio</b>	<b>1 821 643</b>	<b>2 246 399</b>	<b>2 778 237</b>	<b>24%</b>
Financiamentos Obtidos	5 768 727	5 374 151	4 898 546	-9%
Dividas a pagar	450 334	427 912	407 776	-5%
Outros	448 358	535 499	614 343	15%
<b>Total dos Passivos não Correntes</b>	<b>6 667 419</b>	<b>6 337 562</b>	<b>5 920 665</b>	<b>-7%</b>
Dividas a pagar	1 486 335	1 266 526	1 456 701	15%
Financiamentos Obtidos	336 440	336 871	336 871	0%
<b>Total dos Passivos Correntes</b>	<b>1 822 775</b>	<b>1 603 397</b>	<b>1 793 572</b>	<b>11,86%</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>8 490 194</b>	<b>7 940 959</b>	<b>7 714 237</b>	<b>-3%</b>
<b>Total do Capital Próprio e do Passivo</b>	<b>10 311 837</b>	<b>10 187 358</b>	<b>10 492 474</b>	<b>3%</b>

O total do **Ativo** atingiu, no final de 2020, o montante de 10.492 mil euros.

Os **Ativos não Correntes** aumentam 1% essencialmente pelo registo de ativos intangíveis em curso.

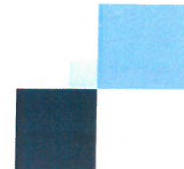
Os **Ativos Correntes** crescem 9% contribuindo o aumento dos saldos de disponibilidades bancárias.

O **Capital Próprio** aumenta por via da incorporação do resultado positivo verificado em 2020.

Os **Passivos não Correntes** apresentam no final de 2020, o montante de 5.920 mil euros, valor inferior em 7% ao registado no final de 2019, por via dos reembolsos do financiamento junto da CGD.

A variação verificada nos **Passivos Correntes** resulta do aumento do saldo de fornecedores e dividas a pagar.





## 6.11. INDICADORES

Os principais indicadores registaram os seguintes valores:

<b>Indicadores</b>	<i>(em euros)</i>			
	2018	2019	2020	Var. %
<b>Rentabilidade dos Capitais Próprios (%)</b>	20%	19%	19%	0,00 p.p.
<b>Rentabilidade do Ativo (%)</b>	4%	4%	5%	0,01 p.p.
<b>Autonomia Financeira (%)</b>	18%	22%	26%	0,044 p.p.
<b>Solvabilidade (%)</b>	21%	28%	36%	0,077 p.p.

Os indicadores de Rentabilidade apresentam-se estáveis face ao ano anterior.

Ao nível dos indicadores de endividamento, quer a Autonomia Financeira quer a Solvabilidade crescem face ao ano anterior, por via da redução do ativo e passivo e aumento do capital próprio.



## 7. PERSPETIVAS PARA O FUTURO

Para o ano de 2021 foram estabelecidas as seguintes linhas fundamentais de orientação da atividade da empresa:

- Continuação das Obras previstas no Plano de Investimento;
- Continuidade na melhoria do desempenho operacional da rede de abastecimento de água com especial enfoque na redução do volume de água não faturada e do número de falhas no abastecimento de água;
- Continuidade na melhoria do desempenho operacional da rede de drenagem de águas residuais domésticas por via da redução e controlo de afluências indevidas;
- Levantamento cadastral das redes de abastecimento de água e águas residuais
- Implementação de um sistema de informação geográfica;
- Otimização do Sistema de Telegestão;
- Utilização de nova plataforma para monitorização e acompanhamento de indicadores operacionais, com o objetivo de uma gestão mais eficiente dos sistemas;
- Aposta na melhoria contínua em todos os processos implementados na empresa;
- Promoção da confiança e satisfação dos clientes.

Numa análise de riscos e incertezas relacionados com acontecimentos ou condições que possam afetar significativamente a situação da Águas da Azambuja, referenciamos:

- Posicionamento das concessionárias dos sistemas multimunicipais;
- Evolução das taxas de juro e variações dos preços de energia e combustíveis;
- Retração de consumos e utilização de captações próprias;
- Alteração da legislação aplicável ao setor;
- Condicionantes externas à normal conclusão do Plano de Investimentos;
- Alterações climáticas que potenciam a escassez dos recursos hídricos e a ocorrência de eventos extremos.
- Impacto sócio-económico da evolução da pandemia do Covid-19.





## 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentados os resultados das atividades desenvolvidas em 2020, o Conselho de Administração manifesta o seu elevado apreço e consideração a todos os que, direta ou indiretamente, contribuíram para os resultados obtidos, destacando:

- os Colaboradores de Águas da Azambuja, pelo notável sentido de serviço e de missão que colocam nas suas atividades diárias;
- a Entidade Concedente – Câmara Municipal de Azambuja;
- os Acionistas AQUAPOR - Serviços, SA, e PRAGOSA AMBIENTE, S.A. pelo interesse, disponibilidade e apoio reiteradamente demonstrados no acompanhamento da empresa;
- a Entidade Reguladora pelo suporte e contributo para o desempenho da Concessionária;
- os Fornecedores, pelo esforço posto na pronta satisfação das necessidades da empresa;
- os Clientes, pela sua exigência crítica e boa colaboração;
- o Revisor Oficial de Contas e o Fiscal Único, pelo espírito interessado e positivamente crítico de que deram prova no seguimento das atividades da empresa;
- os Membros da Mesa da Assembleia Geral, pelo empenho demonstrado no exercício das suas funções.

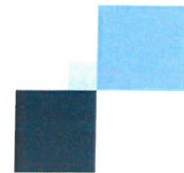


## 9. OUTRAS INFORMAÇÕES

Nos termos do disposto no artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais importa referir o seguinte:

- Não existem factos relevantes ocorridos após o fecho do exercício de 2020 para além da informação divulgada na Nota dos Acontecimentos Após a Data do Balanço, no Anexo às Demonstrações Financeiras;
- Não foram adquiridas ou alienadas ações próprias durante o exercício;
- Não houve qualquer negócio entre a sociedade e os seus Administradores no exercício de 2020;
- A sociedade não tem sucursais.





## 10. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício de 2020, no montante de 531.838 euros seja transferido para resultados transitados.

### O Conselho de Administração

Paulo Jorge Almeida Oliveira

Tiago Azevedo Fernandes de Carvalho

António José Martins de Sousa Lucas

Azambuja, 06 de abril de 2021



## 11. CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2020 E RESPECTIVO ANEXO

Águas da Azambuja, S.A.

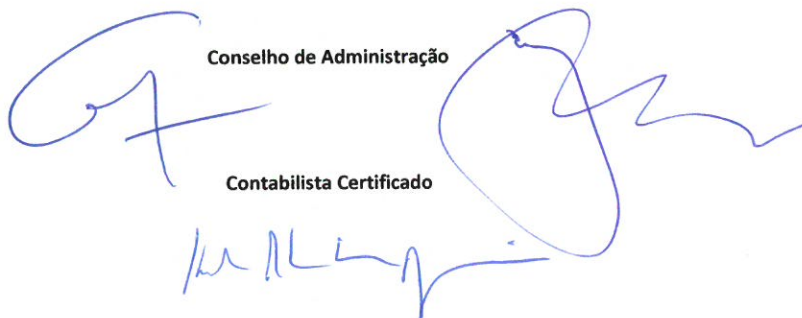
**BALANÇO**

Período findo em 31 de dezembro de 2020

	Notas	31/12/2020	31/12/2019
<b>Ativo</b>			
<b>Ativo Não Corrente</b>			
Ativos Fixos Tangíveis	8	19 089	18 978
Ativos Intangíveis	7	7 609 591	7 551 835
Outros investimentos financeiros		1 541	1 246
Outros Ativos Financeiros		8 470	18 900
Ativos por Impostos Diferidos	12	83 299	62 763
		<u>7 721 991</u>	<u>7 653 722</u>
<b>Ativo Corrente</b>			
Inventários	9	25 058	32 819
Clientes	13	655 192	560 346
Estado e Outros Entes Públicos	15.1	1 890	-
Outros Créditos a Receber	13.2	486 494	497 643
Diferimentos	15.2	68 441	68 465
Caixa e Depósitos Bancários	4	1 533 407	1 374 363
		<u>2 770 483</u>	<u>2 533 636</u>
<b>Total do Ativo</b>		<b>10 492 474</b>	<b>10 187 358</b>
<b>Capital Próprio e Passivo</b>			
<b>Capital Próprio</b>			
Capital Subscrito	13.8	50 000	50 000
Outros Instrumentos de Capital Próprio	13	1 895 000	1 895 000
Reservas Legais	15.3	24 272	24 272
Resultados Transitados	15.3	277 128	(147 628)
Resultados Líquidos do Período	15.3	531 838	424 756
		<u>2 778 237</u>	<u>2 246 399</u>
<b>Total do Capital Próprio</b>			
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo Não Corrente</b>			
Provisões	11	614 343	535 499
Financiamentos Obtidos	13.5	4 898 546	5 374 151
Outras Dívidas a Pagar	13.4	407 776	427 912
		<u>5 920 665</u>	<u>6 337 562</u>
<b>Passivo Corrente</b>			
Fornecedores	13.3	736 549	626 702
Estado e Outros Entes Públicos	15.1	206 295	170 128
Financiamentos Obtidos	13.5	336 871	336 871
Outras Dívidas a Pagar	13.4	513 857	469 697
		<u>1 793 572</u>	<u>1 603 397</u>
<b>Total do Passivo</b>		<b>7 714 237</b>	<b>7 940 959</b>
<b>Total do Capital Próprio e Passivo</b>		<b>10 492 474</b>	<b>10 187 358</b>



Conselho de Administração




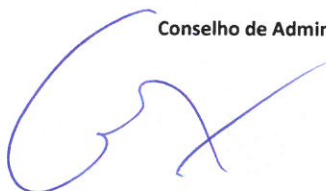
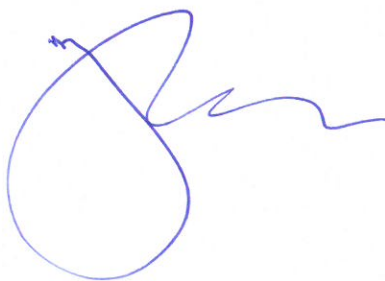
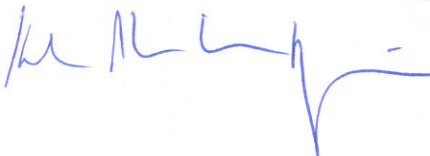
Contabilista Certificado





Águas da Azambuja, S.A.  
**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA**  
 Período findo em 31 de dezembro de 2020

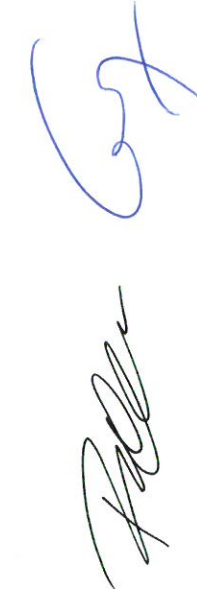
	Notas	31/12/2020	31/12/2019
<b>RENDIMENTOS E GASTOS</b>			
Vendas e Serviços Prestados	10	3 960 338	3 696 940
Trabalhos para a Própria Entidade	15.10	2 011	4 192
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	9	(945 439)	(914 149)
Fornecimentos e Serviços Externos	15.4	(1 432 537)	(1 377 268)
Gastos com o Pessoal	14	(290 350)	(283 716)
Imparidade de Dívidas a Receber (Perdas/Reversões)	13.1	(340)	(6 210)
Provisões (Aumentos/Reduções)	11	(27 813)	(79 496)
Outros Rendimentos	15.5	94 644	74 362
Outros Gastos	15.6	(102 024)	(130 879)
<b>Resultados antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos</b>		<b>1 258 490</b>	<b>983 775</b>
Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização	15.7	(386 906)	(245 430)
<b>Resultado Operacional (antes de gastos de Financiamento e Impostos)</b>		<b>871 584</b>	<b>738 345</b>
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	15.8	4 291	3 702
Juros e Gastos Similares Suportados	15.9	(182 521)	(187 672)
<b>Resultado antes de Impostos</b>		<b>693 354</b>	<b>554 376</b>
Impostos sobre o Rendimento do Período	12	(161 516)	(129 620)
<b>Resultado Líquido do Período</b>		<b>531 838</b>	<b>424 756</b>




  
**Conselho de Administração**
  
  

  
**Contabilista Certificado**

Águas da Azambuja, S.A.  
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO  
Período findo em 31 de dezembro de 2020

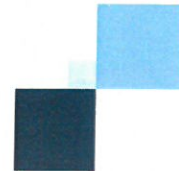
Descrição	Quantias em Euros					
	Capital Realizado	Outros Instrumentos de Capital Próprio	Reservas Legais	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Período	Total de Capital Próprio
<b>1</b>	<b>50 000</b>	<b>1 895 000</b>	<b>24 272</b>	<b>(508 909)</b>	<b>361 280</b>	<b>1 821 643</b>
<b>2</b>	-	-	-	361 280	(361 280)	-
<b>3</b>	-	-	-	361 280	(361 280)	-
<b>4</b>	-	-	-	-	424 756	424 756
<b>5=3+4</b>	-	-	-	-	424 756	424 756
<b>6</b>	-	-	-	-	-	-
<b>7=1+2+3+4+6</b>	<b>50 000</b>	<b>1 895 000</b>	<b>24 272</b>	<b>(147 629)</b>	<b>424 756</b>	<b>2 246 399</b>
<b>7</b>	<b>50 000</b>	<b>1 895 000</b>	<b>24 272</b>	<b>(147 629)</b>	<b>424 756</b>	<b>2 246 399</b>
<b>8</b>	-	-	-	424 756	(424 756)	-
<b>9</b>	-	-	-	424 756	(424 756)	-
<b>10</b>	-	-	-	-	531 838	531 838
<b>11=9+10</b>	-	-	-	-	531 838	531 838
<b>12</b>	-	-	-	-	-	-
<b>13=7+8+9+10+12</b>	<b>50 000</b>	<b>1 895 000</b>	<b>24 272</b>	<b>277 128</b>	<b>531 838</b>	<b>2 778 237</b>

Conselho de Administração




Contabilista Certificado





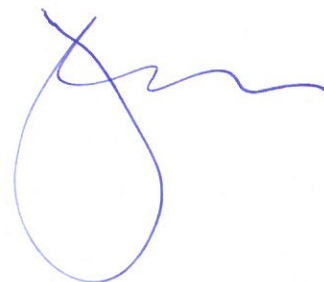
Águas da Azambuja, S.A.  
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
Período findo em 31 de dezembro de 2020

	Quantias em Euros	
	31/12/2020	31/12/2019
<u>Fluxo de caixa das atividades operacionais - método direto</u>		
Recebimentos de Clientes	4 917 916	4 665 008
Pagamentos a Fornecedores	(3 270 100)	(3 485 149)
Pagamentos ao Pessoal	(270 051)	(269 827)
<b>Caixa gerada pelas operações</b>	<b>1 377 766</b>	<b>910 031</b>
Pagamentos/recebimentos do imposto sobre o rendimento	(152 083)	(120 888)
Outros recebimentos / pagamentos	(105 862)	(73 775)
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais (1)</b>	<b>1 119 822</b>	<b>715 368</b>
<u>Fluxo de caixa das atividades de investimento</u>		
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Ativos Fixos Tangíveis	(221 146)	(711 151)
Ativos Intangíveis	(149 915)	(1 064 213)
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento (2)</b>	<b>(371 062)</b>	<b>(1 775 364)</b>
<u>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</u>		
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Financiamentos obtidos	(493 616)	(425 400)
Juros e gastos similares	(96 099)	(87 291)
Outras operações de financiamento	-	(16 365)
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento (3)</b>	<b>(589 715)</b>	<b>(529 056)</b>
<b>Variações de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>	<b>159 045</b>	<b>(1 589 052)</b>
Caixa e seus equivalentes no início do período	<b>4</b> 1 374 362	2 963 414
Caixa e seus equivalentes no fim do período	<b>4</b> 1 533 407	1 374 362




Conselho de Administração

Contabilista Certificado



Águas da Azambuja, S.A.

**Exercício findo em 31 de dezembro de 2020**

ANEXO

(Quantias estão expressas em Euros

exceto quando expressamente indicado de outra forma)

### **1. Identificação da Entidade**

A Águas da Azambuja, S.A. é uma sociedade anónima constituída em 10 de março de 2009, em resultado da adjudicação do Concurso Público Internacional lançado pelo Município de Azambuja em abril de 2007, que tem por objeto a exploração e gestão conjunta dos serviços públicos municipais de distribuição de água e de recolha e de rejeição de águas residuais em sistemas unitários e separativos na área do Município de Azambuja.

A Empresa tem a sua sede na Rua Teodoro José Silva – Edifício Atrium Azambuja, 37 – Azambuja, Portugal.

O capital da Empresa é detido maioritariamente pela Aquapor – Serviços, S.A. (74,98%), com sede em Lisboa. O restante capital é distribuído da seguinte forma:

- Luságua – Serviços Ambientais, S.A. - 0,01%;
- Luságua Alcanena – Gestão de Águas, S.A. - 0,01%;
- Pragosa Ambiente, S.A. - 25%.

#### Atividade Concessionada

Em 11 de maio de 2009 foi celebrado o Contrato de Concessão entre o Município de Azambuja e a Águas da Azambuja, S.A., pelo prazo de 30 anos e mediante uma renda total de 1.015.725 Euros. Após a assinatura do Contrato, e durante um período de 60 dias, decorreu o designado “Período de Transição” onde se procedeu ao diagnóstico e reconhecimento do funcionamento dos Serviços Municipais.

O arranque da fase de exploração (Período de Funcionamento Normal), teve início no dia 11 de julho de 2009. Após esta data a responsabilidade da gestão técnica, operacional e administrativa do sistema municipal passou para a Águas da Azambuja.

Nos termos do Contrato, a propriedade de todos os bens, infraestruturas, instalações e equipamentos (com exceção dos stocks de consumíveis e substituíveis do equipamento básico, do equipamento de transporte, do equipamento administrativo e das ferramentas utensílios integrados nos Sistemas e ou afetos), reverterão para o Concedente no final do contrato sem qualquer encargo para este, e em perfeito estado de funcionamento e manutenção, tendo como consideração o desgaste decorrente dos anos de serviço efetuado.

No início desta concessão, parte das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços objeto do contrato de concessão já existia e são propriedade da Concedente. Adicionalmente, a Empresa tem a obrigação de realizar



todas as obras necessárias à execução do plano de investimento e a sua exploração, nomeadamente os planos de abastecimento de águas (3.731.384 Euros) e saneamento de águas residuais (3.307.339 Euros).

De acordo com contrato de concessão, estas infraestruturas estão à disposição da Concessionária para os fins da concessão. Dado que a Empresa não controla estes bens (não pode alienar, onerar ou transferir) e não pagou diretamente pelos mesmos, estes ativos não são registados no Balanço da Empresa. A Empresa reconheceu nas suas demonstrações financeiras, um ativo intangível relacionado com o direito de utilização destas infraestruturas.

Também o valor das rendas fixas definidas para pagamento do uso destes ativos assim como o direito de explorar a concessão, qualificam para reconhecimento como parte do ativo intangível a reconhecer no início da concessão e que constitui o direito de explorar a concessão. Estas rendas terão os seguintes valores: 1º ano: 208.782 Euros; 2º ano: 104.391 Euros; 3º ano: 83.512 Euros; 4º ano: 62.635 Euros; 5º ano e seguintes: 21.400 Euros (montantes que serão atualizados anualmente com base no IPC).

Em junho de 2011 foi apresentado ao Município um pedido de reequilíbrio da Concessão por força de alterações legislativas significativas, nomeadamente a publicação do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, cujo prazo de adaptação terminou a 20 de agosto 2012, e de condicionantes várias relativamente ao Caso Base anexo ao Contrato de Concessão. Este pedido resultou num processo negocial mais alargado de revisão do Contrato de Concessão iniciado em janeiro de 2012 e que culminou em dezembro de 2012 na estabilização da Minuta de Aditamento e no seu envio à Entidade Reguladora em fevereiro de 2013 para a obtenção de parecer.

Com base no Parecer da ERSAR de abril de 2015, foi aprovado nos diferentes órgãos autárquicos em julho de 2015 o Primeiro Aditamento ao Contrato de Concessão. O processo de aprovação do Aditamento obteve o consentimento da Entidade Financiadora do Projeto e o visto por parte do Tribunal de Contas, tendo ficado concluído com a assinatura do mesmo a 23 de junho de 2016.

## **2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**

A Empresa faz o relato contabilístico das suas contas de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF) que fazem parte integrante do SNC.

Não houve derrogações com vista à imagem verdadeira e apropriada.

Em resultado da transposição para o ordenamento jurídico interno da Diretiva n.º 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, através da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho, ocorreram alterações a nível das NCRF que têm aplicação obrigatória para exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016.

As demonstrações financeiras de 2020 foram preparadas usando princípios contabilísticos consistentes com o ano anterior, pelo que não existem contas, seja do balanço seja da demonstração de resultados, cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.



### 3. Políticas contabilísticas

#### 3.1 Principais políticas contabilísticas

A Empresa adotou o disposto nas NCRF, e supletivamente adotou o disposto na IFRIC 12 - Acordos de Concessão de Serviços e da SIC 29 – Divulgação – Acordos de Concessão de Serviços. A IFRIC 12 define as regras a observar na contabilização dos acordos de concessão, atendendo aos serviços que presta e ao poder de controlo que tem sobre os ativos da concessão.

No âmbito da atividade concessionada, a Empresa reconheceu um ativo intangível que corresponde ao direito de utilização e de exploração das infraestruturas cedidas pelo Concedente.

Embora seja da responsabilidade da Empresa financiar a sua construção das infraestruturas, uma vez que todos os bens se destinam a integrar a concessão e passam a estar automaticamente sujeitos às cláusulas de intransmissibilidade e reversão dos ativos, não se consideram ativos controlados pela Empresa, pelo que não são reconhecidos como Ativos Fixos Tangíveis. Pela análise efetuada às condições de reequilíbrio económico-financeiro previstas no contrato de concessão, verificámos que certas condições de reequilíbrio estão diretamente associadas ao risco de procura e outras estão dependentes de decisões do Concedente ou de outras entidades associadas, e de flutuações de taxas de juro nos mercados financeiros. Desta análise concluímos que as condições de reequilíbrio funcionam como uma garantia a favor do Concedente, limitando a margem auferida pela Empresa e colocando um teto no retorno da concessão.

Por outro lado, não constitui um direito a receber do Concedente ou por conta deste, pelo que os valores investidos na concessão foram registados como um Ativo Intangível.

Tendo por base o disposto nas NCRF e supletivamente a IFRIC 12, as políticas contabilísticas adotadas pela Empresa foram as seguintes:

##### (a) Ativos Fixos Tangíveis

Os Ativos Fixos Tangíveis referem-se a bens utilizados na produção, na prestação de serviços ou no uso administrativo e são inicialmente valorizados ao custo de aquisição.

Subsequentemente, a Empresa decidiu manter o custo como critério de valorização.

Os Ativos Fixos Tangíveis são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

As depreciações são calculadas numa base duodecimal, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para a utilização para a finalidade pretendida, utilizando o método da linha reta.





As taxas de amortização estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

	2020	2019
Edifícios e Outras Construções	5% - 10%	5% - 10%
Equipamento Básico	12,50%	12,50%
Equipamento de Transporte	25%	25%
Equipamento Administrativo	10% - 33,33%	10% - 33,33%
Outros Ativos Fixos Tangíveis	12,50%	12,50%

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as depreciações é coincidente com o custo.

Os métodos de depreciação, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas i.e., o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

O gasto com depreciações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos / Reversões de Depreciação e Depreciação.

Os custos de desmantelamento e remoção de bens do ativo fixo tangível e os custos de restauração do local onde estes estão localizados, em cuja obrigação se incorre quando os bens são adquiridos ou como consequência de terem sido usados durante um determinado período para finalidades diferentes da produção de inventários, fazem parte do custo do ativo fixo tangível correspondente e são amortizados no período de vida útil dos bens a que respeitam.

Os custos de manutenção e reparação correntes são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

Os custos com substituições e grandes reparações são capitalizados sempre que aumentem a vida útil do imobilizado a que respeitem e são amortizadas no período remanescente da vida útil desse imobilizado ou no seu próprio período de vida útil, se inferior.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo tangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos custos da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.

Os Ativos Fixos Tangíveis em Curso dizem respeito a bens que ainda se encontram em fase de construção ou desenvolvimento e estão mensurados ao custo de aquisição sendo somente amortizados quando se encontram disponíveis para uso.

### Imparidade

A Empresa avalia se existe qualquer indicação de que um ativo possa estar com imparidade no final do ano. Se existir qualquer indicação, é estimada a quantia recuperável do ativo (que é a mais alta entre o justo valor do ativo ou de uma unidade geradora de caixa menos os custos de vender e o seu valor de uso) e reconhecem nos resultados do exercício a imparidade sempre que a quantia recuperável for inferior ao valor contabilístico.



Ao avaliar se existe indicação de imparidade são tidas em conta as seguintes situações:

- Durante o período, o valor de mercado de um ativo diminuiu significativamente mais do que seria esperado como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;
- Ocorreram, durante o período, ou irão ocorrer no futuro próximo, alterações significativas com um efeito adverso na entidade, relativas ao ambiente tecnológico, de mercado, económico ou legal em que a entidade opera ou no mercado ao qual o ativo está dedicado;
- As taxas de juro de mercado ou outras taxas de mercado de retorno de investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afetarão a taxa de desconto usada no cálculo do valor de uso de um ativo e diminuirão materialmente a quantia recuperável do ativo;
- A quantia escriturada dos ativos líquidos da entidade é superior à sua capitalização de mercado;
- Está disponível evidência de obsolescência ou dano físico de um ativo;
- Alterações significativas com um efeito adverso na entidade ocorreram durante o período, ou espera-se que ocorram num futuro próximo, até ao ponto em que, ou na forma em que, um ativo seja usado ou se espera que seja usado. Estas alterações incluem um ativo que se tornou ocioso, planos para descontinuar ou reestruturar a unidade operacional a que o ativo pertence, planos para alienar um ativo antes da data anteriormente esperada;
- Existe evidência nos relatórios internos que indica que o desempenho económico de um ativo é, ou será, pior do que o esperado.

Independentemente de haver indicações de estarem em imparidade, os bens que ainda não estão disponíveis para uso são testados anualmente.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e são efetuadas apenas até ao limite que resultaria se o bem nunca tivesse sido sujeito a imparidade.

## **(b) Ativos Intangíveis**

Ativos Intangíveis adquiridos separadamente são mensurados, na data do reconhecimento inicial, ao custo. Os intangíveis gerados internamente, excluindo os custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração de resultados no ano em que o gasto é incorrido.

Após o reconhecimento inicial os Ativos Intangíveis apresentam-se ao custo menos amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

As vidas úteis dos Ativos Intangíveis são avaliadas entre finitas ou indefinidas.

Os Ativos Intangíveis com vidas úteis indefinidas não são amortizados, mas são testados quanto à imparidade independentemente de haver ou não indicadores de que possam estar em imparidade.

Os Ativos Intangíveis com vidas úteis finitas são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.





A imparidade destes ativos é determinada tendo por base os critérios descritos na alínea a) Ativos Fixos Tangíveis. As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e são efetuadas apenas até ao limite que resultaria se o bem nunca tivesse sido sujeito a imparidade.

Para um Ativo Intangível com uma vida útil finita, os métodos de amortização, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas i.e., o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

As amortizações são calculadas numa base duodecimal utilizando o método da linha reta, exceto para os Direitos de Concessão em que o método utilizado é o método das Unidades de Produção (caudais de água).

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.

As taxas de amortização estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

	2020	2019
Propriedade Industrial	33,33%	33,33%
Direito de Concessão	5,10%	4,54%
Outros Ativos Intangíveis - Reversíveis	5,10%	4,54%

O gasto com amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis finitas é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos/reversões de depreciação e amortização.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo intangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos custo da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de Ativos Intangíveis:

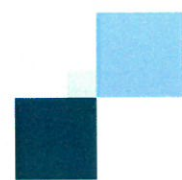
#### **(b.1) Propriedade Industrial**

Nesta rubrica encontra-se refletida a aquisição de um software para a realização de desenho de plantas, relativamente ao qual existe o direito exclusivo de utilização.

A depreciação é efetuada de acordo com o Decreto-Lei 25/2009.

#### **(b.2) Direitos de Concessão relacionados com a atividade concessionada**

Para os bens (que se materializarão em direitos de utilização de infraestruturas – IFRIC 12) com vidas úteis superiores ao período da concessão, as depreciações de investimentos iniciais ou os que venham a ser posteriormente aprovados ou impostos pelo Concedente e que materializem em expansão ou modernização das obrigações iniciais, deverão normalmente fazer-se pelo prazo da concessão. No entanto, os investimentos adicionais de expansão ou modernização, cuja vida útil se prolongue para além do prazo da concessão, e que



apresentam valor residual darão lugar a uma indemnização equivalente ao valor ainda não amortizado à data do fim da concessão.

As depreciações são calculadas pelo método das Unidades de Produção, isto é, pela depreciação dos investimentos contratuais, que constam do estudo de viabilidade económico e financeira utilizado, tendo como base os caudais de faturados nesse exercício e os caudais a faturar até ao final da concessão previstos no estudo de viabilidade.

## **(c) Ativos e Passivos por Impostos Diferidos e Imposto sobre o Rendimento do Período**

### **(c.1) Ativos e Passivos por Impostos Diferidos**

Os Ativos e Passivos por Impostos Diferidos resultam do apuramento de diferenças temporárias entre a base contabilística e a base fiscal dos ativos e passivos da Empresa.

Os Ativos por Impostos Diferidos refletem:

- As diferenças temporárias dedutíveis até ao ponto em que é provável a existência de lucros tributáveis futuros relativamente ao qual a diferença dedutível pode ser usada;
- Perdas fiscais não usadas e créditos fiscais não usados até ao ponto em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser usados.

Diferenças temporárias dedutíveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias que são dedutíveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

Os Passivos por Impostos Diferidos refletem diferenças temporárias tributáveis.

As diferenças temporárias tributáveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias tributáveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

A mensuração dos Ativos e Passivos por Impostos Diferidos:

- É efetuada de acordo com as taxas que se espera que sejam de aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas fiscais aprovadas à data de balanço e
- Reflete as consequências fiscais que se seguem da forma como a Empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

### **(c.2) Imposto sobre o Rendimento**

O Imposto sobre o Rendimento do Período engloba os impostos correntes e diferidos do exercício.

O Imposto Corrente é determinado com base no resultado contabilístico ajustado de acordo com a legislação fiscal em vigor.

A Empresa é tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento à taxa de 21%, acrescida da Derrama até à taxa máxima de 1,5% sobre o Lucro Tributável, de onde resulta uma taxa agregada máxima de 22,5%. Quando o lucro





do exercício se situa entre 1,5 e 7,5 milhões de Euros é aplicada uma taxa de Derrama Estadual de 3%, passando esta a 5% quando aquele seja entre 7,5 e 35 milhões de Euros, acima deste valor a taxa é de 9% o que resulta numa taxa agregada máxima que poderá variar entre os 22,5% e os 31,5%.

Nos termos da legislação em vigor as declarações fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos, o qual pode ser prolongado em determinadas circunstâncias, nomeadamente quando existem prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações.

O Conselho de Administração, suportado nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras.

#### (d) Inventários

A valorização dos inventários e os respetivos métodos de custeio são os seguintes:

	Valorização	Métodos de Custeio
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Custo de aquisição (*)	Custo médio

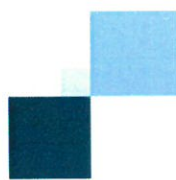
(\*) - ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo

O custo dos inventários inclui:

- Custos de compra (preço de compra, direitos de importação, impostos não recuperáveis, custos de transporte, manuseamento e outros diretamente atribuíveis à compra, deduzidos de descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes);
- Custos de conversão (mão de obra e gastos gerais de produção);
- Outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e condições pretendidos;
- Variações de justo valor, no caso de os inventários terem associados a si instrumentos derivados de cobertura (§37 b) da NCRF 27).

Sempre que o valor realizável líquido é inferior ao custo de aquisição ou de produção, procede-se à redução de valor dos inventários, mediante o reconhecimento de uma perda por imparidade, a qual é revertida quando deixam de existir os motivos que a originaram.

Para este efeito, o valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso ordinário da atividade empresarial menos os custos estimados de acabamento e os custos necessários para efetuar a venda. As estimativas tomam em consideração as variações relacionadas com acontecimentos ocorridos após o final do período na medida em que tais acontecimentos confirmem condições existentes no fim do período.



### **(e) Ativos Financeiros**

Os Ativos Financeiros são reconhecidos quando a Empresa se constitui parte na respetiva relação contratual.

Os Ativos Financeiros são valorizados ao custo líquido de perdas por imparidade, quando aplicável.

No final do ano a Empresa avaliou a imparidade destes ativos. Sempre que existia uma evidência objetiva de imparidade, a Empresa reconheceu uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

A evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos poderia estar em imparidade teve em conta dados observáveis que chamassem a atenção sobre os seguintes eventos de perda:

- Significativa dificuldade financeira do devedor;
- Quebra contratual, tal como não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou depreciação da dívida;
- A Empresa, por razões económicas ou legais relacionados com a dificuldade financeira do devedor, oferece ao devedor concessões que de outro modo não consideraria;
- Tornar -se provável que o devedor irá entrar em falência ou qualquer outra reorganização financeira;
- Informação observável indicando que existe uma diminuição na mensuração da estimativa dos fluxos de caixa futuros de um grupo de ativos financeiros desde o seu reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros individualmente significativos foram avaliados individualmente para efeitos de imparidade. Os restantes foram avaliados com base em similares características de risco de crédito.

A imparidade apurada nos termos atrás referidos não difere daquela que é apurada com critérios e para efeitos fiscais.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de Ativos Financeiros.

#### **(e.1) Clientes**

As contas a receber de Clientes são mensuradas, aquando do reconhecimento inicial, de acordo com os critérios de mensuração de Vendas e Prestações de Serviços descritos na alínea m) sendo subsequentemente mensuradas ao custo menos imparidade.

A imparidade é determinada com base nos critérios definidos na alínea e).

#### **(e.2) Outros Créditos a Receber**

Os outros créditos a receber incluem:

- Devedores por acréscimos de rendimentos;
- Outros devedores;
- Acionistas.

e encontram-se valorizadas ao custo menos imparidade:

A imparidade, em ambos os casos é determinada com base nos critérios definidos na alínea e).





### **(e.3) Caixa e Bancos**

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e Bancos correspondem aos valores de caixa e outros depósitos, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Estes saldos estão mensurados da seguinte forma:

- Caixa – ao custo;
- Depósitos sem maturidade definida - ao custo;
- Outros depósitos com maturidade definida – ao custo.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” compreende, além da Caixa e Bancos, também os descobertos bancários incluídos na rubrica de Financiamentos Obtidos do Balanço

### **(f) Estado e Outros Entes Públicos**

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

No que respeita aos ativos não foi reconhecida qualquer imparidade por se considerar que tal não é aplicável dada a natureza específica do relacionamento.

### **(g) Diferimentos Ativos e Passivos**

Esta rubrica reflete as transações e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequada a sua integral imputação aos resultados num único exercício.

### **(h) Rubricas dos Capitais Próprios**

#### **(h.1) Capital Subscrito**

Em cumprimento do disposto no art.º 272 do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade indica o prazo para realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura.

#### **(h.2) Outros instrumentos de capital próprio**

Esta rubrica inclui prestações acessórias que foram efetuadas pelos acionistas, na sequência de deliberação em Assembleia Geral, e que ficaram sujeitas ao regime das prestações suplementares. De acordo com este regime, tais prestações não vencem juros (art.º 210 do CSC), não têm prazo de reembolso definido (art.º 211 do CSC) e só podem ser reembolsadas se após o seu reembolso o capital próprio não ficar inferior à soma do capital e da reserva legal (art.º 213 do CSC).



### **(h.3) Resultados Transitados**

Esta rubrica inclui os resultados realizados disponíveis para distribuição aos acionistas. De acordo com o n.º 2 do art.º 32 do CSC, só estarão disponíveis para distribuição quando os elementos ou direitos que lhes deram origem forem alienados, exercidos, extintos ou liquidados.

### **(h.4) Ajustamentos em ativos financeiros**

Esta rubrica inclui o montante relativo à valorização do Notional referente ao contrato de Cobertura de Taxa de Juro, celebrado com a Caixa BI.

### **(i) Provisões**

Esta conta reflete as obrigações presentes (legais ou construtivas) da entidade provenientes de acontecimentos passados, cuja liquidação se espera que resulte num exfluxo de recursos da entidade que incorporem benefícios económicos e cuja tempestividade e quantia são incertas, mas cujo valor pode ser estimado com fiabilidade.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço. Sempre que o efeito do valor temporal do dinheiro é material, a quantia de uma provisão é o valor presente dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos do passivo e que não reflete riscos relativamente aos quais as estimativas dos fluxos de caixa futuros tenham sido ajustadas.

Seguem-se algumas especificidades relativas a algumas Provisões:

#### **(i.1) Provisões para investimentos de substituição**

O valor constante nesta rubrica, registado ao custo amortizado, é referente à constituição da provisão de Investimento de Substituição, o qual será utilizado para reparar e manter em bom estado de funcionamento os equipamentos utilizados na rede de abastecimento.

#### **(j) Outros Passivos Financeiros não incluídos nas alíneas anteriores**

Os Passivos Financeiros são reconhecidos quando a Empresa se constitui parte na respetiva relação contratual.

#### **(j.1) Financiamentos Obtidos**

Os financiamentos estão valorizados ao custo. Os financiamentos para os quais existe cobertura de taxa de juro fixa incluem também as variações de justo valor (§37 b) da NCRF 27).

Nos financiamentos para os quais existe cobertura de risco de variabilidade de taxa de juro, o respetivo derivado é apresentado, ao custo amortizado, na rubrica de Outros Passivos Financeiros.





#### **(j.2) Fornecedores**

As contas a pagar a fornecedores são reconhecidas inicialmente pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, são mensuradas ao custo.

#### **(j.3) Outras Dívidas a Pagar**

As outras dívidas a pagar incluem:

- Fornecedores de investimento;
- Credores por acréscimos de gastos;
- Acionistas;
- Outros credores;

Os empréstimos de acionistas encontram-se valorizados ao custo.

#### **(j.4) Outros ativos financeiros**

Esta rubrica inclui o valor de mercado dos instrumentos derivados usados para a cobertura da taxa de juro.

#### **(l) Efeito das alterações das taxas de câmbio**

As transações em moeda estrangeira são convertidas para Euro às taxas nas datas das transações.

Os saldos que se mantenham em dívida no final do ano são convertidos à taxa de fecho e o diferencial é reconhecido em resultados.

#### **(m) Vendas e Prestações de Serviço**

As Vendas e as Prestações de Serviço são mensuradas pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber deduzido das quantias relativas a descontos comerciais e de quantidades concedidos.

Quando é concedido crédito isento de juros aos compradores ou estes aceitam livranças com taxa de juro inferior à do mercado como retribuição pela venda dos bens, ou, de qualquer outra forma o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro é diferido, a diferença entre o justo valor da retribuição e a quantia nominal da retribuição é reconhecida como rédito de juros, durante o período que medeia entre a data do reconhecimento do rédito e a data efetiva do recebimento.

Quando o preço da venda dos produtos inclui uma quantia identificável de serviços subsequentes, essa quantia é diferida e reconhecida como rédito durante o período em que o serviço é executado.

Embora o rédito somente seja reconhecido quando for provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a empresa, quando surja uma incerteza acerca da cobrabilidade de uma quantia já incluída no rédito, a quantia incobrável, ou a quantia com respeito à qual a recuperação tenha cessado de ser provável, é reconhecida como uma imparidade, e não como um ajustamento da quantia de rédito originalmente reconhecido.

Seguem-se algumas especificidades relativas ao reconhecimento das Vendas e Prestações de Serviços.



### **(m.1) Vendas**

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando estão satisfeitas todas as condições seguintes:

- Tenham sido transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- Não se mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

### **(m.2) Prestações de Serviço**

O rédito das Prestações de Serviços é reconhecido quando o desfecho da transação pode ser fiavelmente estimado o que ocorre quando todas as condições seguintes são satisfeitas:

- A quantia de rédito pode ser fiavelmente mensurada;
- É provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a Empresa;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço pode ser fiavelmente mensurada; e
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação podem ser fiavelmente mensurados.

O rédito da atividade concessionada é reconhecido de acordo com o preconizado na NCRF 20 – Rédito.

### **(n) Gastos com o Pessoal**

Os gastos com o pessoal são reconhecidos quando o serviço é prestado pelos empregados independentemente da data do seu pagamento.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de Gastos com o Pessoal.

#### **(n.1) Férias e Subsídio de Férias**

De acordo com a legislação laboral em vigor os empregados têm direito a férias e a subsídio de férias no ano seguinte àquele em que o serviço é prestado. Assim, foi reconhecido nos resultados do exercício um acréscimo do montante a pagar no ano seguinte o qual se encontra refletido na rubrica “Outras Contas a Pagar”.

#### **(n.2) Benefícios de Cessação de Emprego**

A Empresa reconhece um passivo e um gasto por Benefício de Cessação de emprego quando já se comprometeu de forma demonstrável a:

- Cessar o emprego de um empregado ou grupo de empregados antes da data normal de reforma; ou
- Proporcionar benefícios de cessação como resultado de uma oferta feita a fim de encorajar a saída voluntária.





Considera-se que a Empresa já se comprometeu de forma demonstrável quando tem um plano formal pormenorizado para a cessação e não exista possibilidade realista de retirada e quando o plano inclua, como mínimo:

- A localização, a função, e o número aproximado de empregados cujos serviços estão para ser cessados;
- O benefício de cessação para cada classificação ou função de emprego; e
- Momento em que o plano será implementado.

Os Benefícios de Cessação de Emprego são reconhecidos como um gasto imediatamente e sempre que se vencem a mais de 12 meses após a data do balanço são mensurados pelo valor descontado.

No caso de ofertas feitas para encorajar a saída voluntária, a mensuração dos Benefícios de Cessação de Emprego é baseada no número de empregados que se espera que aceitem a oferta.

#### **(o) Juros e gastos similares suportados**

Os gastos com financiamento são reconhecidos na demonstração de resultados do período a que respeitam e incluem:

- Juros suportados com empréstimos mensurados ao custo;
- Juros de instrumentos financeiros de cobertura de risco de taxa de juro (CAP).

#### **(p) Ativos e Passivos Contingentes**

Um Ativo Contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os Ativos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de rendimentos que podem nunca ser realizados. Contudo, são divulgados quando for provável a existência de um influxo futuro.

Um Passivo Contingente é:

- Uma obrigação possível que provém de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade,

ou

- Uma obrigação presente que decorra de acontecimentos passados, mas que não é reconhecida porque:
  - Não é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação, ou
  - A quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.



Os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de gastos que podem nunca se tornar efetivos. Contudo, são divulgados sempre que existe uma probabilidade de exfluxos futuros que não seja remota.

#### **(q) Eventos subsequentes**

Os eventos subsequentes que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

### **3.2 Juízos de valor**

#### **(a) Vidas úteis dos Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis**

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que esse ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

O método de depreciação a aplicar e as perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar a vida útil efetiva de um ativo.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas dos setores em que a Empresa opera.

#### **(b) Impostos Diferidos Ativos**

São reconhecidos Impostos Diferidos Ativos para todos os prejuízos recuperáveis na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.

Tendo em conta o contexto de crise e o impacto que pode ter nos resultados futuros, torna-se necessário julgamento por parte da Administração para determinar a quantia de impostos diferidos ativos que podem ser reconhecidos tendo em conta:

- A data e quantia prováveis de lucros futuros tributáveis, e
- As estratégias de planeamento fiscal futuro.

### **3.3 Principais fontes de incerteza das estimativas**

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível.

Alterações nos factos e circunstâncias subsequentes podem conduzir à revisão das estimativas no futuro, pelo que os resultados reais poderão vir a diferir das estimativas presentes.





**(a) Imparidade de Ativos Não Financeiros**

A imparidade ocorre quando o valor contabilístico de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede a sua quantia recuperável a qual é a mais alta entre o justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso.

O cálculo do justo valor menos os custos de vender é baseado na informação que existe de contratos já firmados em transações de ativos similares, com entidades nas quais não existe relacionamento entre elas, ou preços observáveis no mercado menos custos incrementais para vender o ativo.

O valor em uso é calculado com base num modelo de fluxos de caixa descontados que têm em conta um orçamento para os próximos cinco anos o qual não inclui atividades de reestruturação relativamente às quais ainda não haja qualquer compromisso nem investimentos futuros significativos destinados a melhorar os benefícios económicos futuros que advirão da unidade geradora de caixa que está a ser testada.

A quantia recuperável é sensível sobretudo:

- Quota de mercado durante o período orçamental
- Inflação no preço das matérias-primas
- Margem bruta
- Taxa de crescimento usada para extrapolar os fluxos de caixa para além de 5 anos
- Taxas de desconto usadas para fazer o desconto dos fluxos de caixa futuros.

**(b) Imparidade das contas a receber**

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de relato, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco tal como referido no parágrafo 3.1.

As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão vir divergir do risco efetivo a incorrer no futuro.

**(c) Provisões**

O reconhecimento de Provisões tem inerente a determinação da probabilidade de saída de fluxos futuros e a sua mensuração com fiabilidade.

Estes fatores estão muitas vezes dependentes de acontecimentos futuros e nem sempre sob o controlo da Empresa pelo que poderão conduzir a ajustamentos significativos futuros, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.



#### 4. Fluxos de Caixa

As rubricas de Caixa e Bancos no Balanço decompõem-se da seguinte forma:

	2020	2019
Caixa	600	600
Depósitos à Ordem	1 532 807	1 373 763
	<b>1 533 407</b>	<b>1 374 363</b>

#### 5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Durante o exercício corrente não houve qualquer alteração às NCRF em vigor, pelo que não foi adotada nenhuma nova norma contabilística. Por outro lado, a Empresa não procedeu voluntariamente a qualquer alteração de política contabilística durante o exercício corrente.

A nível de estimativas contabilísticas, não houve também qualquer alteração com efeitos nem no período corrente nem em futuros períodos.

Não foram igualmente detetados no exercício corrente quaisquer erros ou omissões de períodos anteriores.

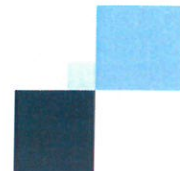
#### 6. Partes Relacionadas:

As entidades relacionadas da Empresa são as seguintes:

Nome	Atividade	Localização
<i>Aquapor Serviços</i>	Gestão de Participações	Lisboa
<i>Luságua Serviços Ambientais</i>	Tratamento de Águas Residuais	Prest. Serviços em vários locais do Continente
<i>Pragosa Ambiente</i>	Limpeza, recolha, transporte e valorização de resíduos	Batalha
<i>Construções Pragosa</i>	Obras de construção civil	Batalha
<i>Ecobrejo</i>	Gestão de resíduos e do ambiente	Batalha
<i>Luságua Lisboa</i>	Distribuição de Água	Lisboa
<i>Águas de Alenquer</i>	Distribuição de Água	Alenquer

A empresa-mãe é a Aquapor – Serviços S.A, com sede em Lisboa, que detém uma participação direta na Águas da Azambuja, S.A. correspondente a 74,98% do capital.





A natureza do relacionamento com as partes relacionadas é a seguinte:

Parte relacionada	Natureza do Relacionamento	
	Serviços que a Águas da Azambuja presta / Transações que faz	Serviços que a Águas da Azambuja recebe / Transações que recebe
<i>Aquapor Serviços</i>	-	Assistência técnica, aluguer de equipamento, rendas de viaturas e apoio comercial.
<i>Luságua Serviços Ambientais</i>	-	Análises de laboratório e trabalhos de manutenção.
<i>Ecobrejo</i>	-	Assistência técnica.
<i>Construções Pragosa</i>	-	Obras de Construção Civil.
<i>Pragosa Ambiente</i>	-	Recolha e transporte de resíduos.
<i>Luságua Lisboa</i>	Material Hidráulico	-
<i>Águas de Alenquer</i>	Material Hidráulico	-

A quantia das transações e os saldos pendentes de partes relacionadas são os indicados no quadro seguinte:

Empresa	Ano	Prestações Serviço	Compras de Serviços	Contas a Receber	Contas a pagar
<i>Aquapor Serviços</i>	2020	-	140 806	-	13 818
	2019	-	126 903	-	27 422
<i>Luságua Serviços Ambientais</i>	2020	-	26 388	-	5 215
	2019	-	49 024	-	19 622
<i>Construções Pragosa</i>	2020	-	-	-	31 284
	2019	-	11 905	-	31 284
<i>Pragosa Ambiente</i>	2020	-	177 685	-	30 634
	2019	-	123 598	-	18 473

As remunerações da pessoal chave da gestão da Empresa encontram-se discriminadas no quadro seguinte:

	2020	2019
Total de benefícios de curto prazo dos empregados	54 900	81 240
Total de remunerações	<b>54 900</b>	<b>81 240</b>



## 7. Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta e depreciação acumulada e perdas por imparidade no início e no fim do período é a seguinte:

	Direitos de Concessão	Propriedade Industrial	Investimento de substituição	Outros	Intangíveis em curso	Total Ativos Intangíveis
<b>Custo:</b>						
<b>1 de janeiro de 2019</b>	<b>5 231 132</b>	<b>1 164</b>	-	<b>862 031</b>	<b>1 146 941</b>	<b>7 241 268</b>
Aquisições	176	-	-	-	1 647 245	1 647 421
Transferências	2 765 693	-	-	-	(2 765 693)	-
<b>31 de dezembro de 2019</b>	<b>7 997 001</b>	<b>1 164</b>	-	<b>862 031</b>	<b>28 493</b>	<b>8 888 689</b>
Aumentos	-	-	-	-	441 407	441 407
Transferências	15 051	-	-	-	(15 051)	-
<b>31 de dezembro de 2020</b>	<b>8 012 052</b>	<b>1 164</b>	-	<b>862 031</b>	<b>454 849</b>	<b>9 330 096</b>
<b>Amortizações e Imparidade:</b>						
<b>1 de janeiro de 2019</b>	<b>909 362</b>	<b>1 164</b>	-	<b>190 159</b>	-	<b>1 100 685</b>
Amortizações	205 655	-	-	30 515	-	236 170
<b>31 de dezembro de 2019</b>	<b>1 115 017</b>	<b>1 164</b>	-	<b>220 675</b>	-	<b>1 336 855</b>
Amortizações	342 236	-	-	41 415	-	383 651
<b>31 de dezembro de 2020</b>	<b>1 457 252</b>	<b>1 164</b>	-	<b>262 090</b>	-	<b>1 720 506</b>
<b>Valor líquido contabilístico:</b>						
A 31 de Dezembro de 2020	6 554 799	-	-	599 942	454 849	7 609 591
A 31 de Dezembro de 2019	6 881 984	-	-	641 357	28 493	7 551 835
A 1 de Janeiro de 2019	4 321 770	-	-	671 872	1 146 941	6 140 583

Parte do saldo da rubrica 'Ativo Intangível – Direito de Concessão' é referente ao Direito de Concessão detido pela empresa e tem como contrapartida a rubrica 'Outros Credores – Município de Azambuja'.

## 8. Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta e depreciação acumulada e perdas por imparidade no início e no fim do período é a seguinte:

	Edifícios e outras construções	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos	Imobilizações em curso	Total Ativos Tangíveis
<b>Custo:</b>					
<b>1 de janeiro de 2019</b>	<b>57 259</b>	<b>64 296</b>	<b>16 720</b>	<b>677</b>	<b>138 952</b>
Aumentos	-	7 654	4 459	-	12 114
<b>31 de dezembro de 2019</b>	<b>57 259</b>	<b>71 951</b>	<b>21 179</b>	<b>677</b>	<b>151 066</b>
Aumentos	-	350	3 017	-	3 367
<b>31 de dezembro de 2020</b>	<b>57 259</b>	<b>72 301</b>	<b>24 196</b>	<b>677</b>	<b>154 433</b>
<b>Amortizações e Imparidade:</b>					
<b>1 de janeiro de 2019</b>	<b>54 231</b>	<b>60 039</b>	<b>8 557</b>	-	<b>122 827</b>
Amortizações	2 953	5 237	1 070	-	9 260
<b>31 de dezembro de 2019</b>	<b>57 184</b>	<b>65 276</b>	<b>9 627</b>	-	<b>132 087</b>
Amortizações	75	2 065	1 115	-	3 256



31 de dezembro de 2020	57 259	67 341	10 742	-	135 343
<b>Valor líquido contabilístico:</b>					
A 31 de Dezembro de 2020	-	4 960	13 454	677	19 089
A 31 de Dezembro de 2019	75	6 675	11 552	677	18 978
A 1 de Janeiro de 2019	3 028	4 257	8 163	677	16 125

Os compromissos à data do balanço que a Empresa apresenta com contratos de aluguer operacional, para cada categoria de ativo, é a constante do quadro seguinte:

	2020	2019
5 Contratos de aluguer de viaturas	27.235	29.247
	<b>27.235</b>	<b>29.247</b>

O total dos futuros pagamentos da locação à data do balanço, repartidos por períodos de vencimento encontra-se detalhado no quadro seguinte:

	2020	2019
	Valor Presente	Valor Presente
Não mais de um ano	12.069	9.666
Mais de um ano e não mais de cinco anos	15.166	19.581
<b>Total dos Pagamentos</b>	<b>27.235</b>	<b>29.247</b>

## 9. Inventários

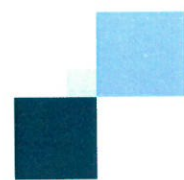
A quantia total escriturada de inventários e a quantia escriturada em classificações apropriadas encontram-se no quadro seguinte:

	2020	2019
Matérias primas, Subs. e de Consumo	25 058	32 819
	<b>25 058</b>	<b>32 819</b>

As quantias de inventários reconhecidas como gasto durante o período encontram-se nos quadros seguintes:

### Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas:

	Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo	Total
Existências em 1 de janeiro de 2019	37 032	37 032
Compras	909 936	909 936
Existências em 31 de dezembro de 2019	(32 819)	(32 819)
<b>CMVMC</b>	<b>914 149</b>	<b>914 149</b>
Existências em 1 de janeiro de 2020	32 819	32 819
Compras	937 679	937 679
Existências em 31 de dezembro de 2020	(25 058)	(25 058)
<b>CMVMC</b>	<b>945 439</b>	<b>945 439</b>



## 10. Rédito

O rédito discrimina-se da seguinte forma:

	2020	2019
Vendas		
Mercadorias	403	-
Produtos Acabados e Intermédios		
Água	1 791 811	1 642 463
Quota Serviço Água	675 327	635 754
	<b>2 467 541</b>	<b>2 278 217</b>
Prestações de Serviços		
Diversos	243 846	254 477
Venda de Saneamento	1 248 951	1 164 246
	<b>1 492 797</b>	<b>1 418 723</b>
	<b>3 960 338</b>	<b>3 696 940</b>

A rubrica 'Diversos' de Prestações de Serviços engloba Abertura de Água, Ramais Água e Ramais Saneamento, Instalação, Reparação e Conservação de Contadores/Ramais, Deslocações e Outros Serviços.

O valor das vendas e prestações de serviços é referente ao mercado interno.

## 11. Provisões

O movimento ocorrido nas provisões, por cada provisão, encontra-se refletido no quadro seguinte:

	Provisões para Investimento de Substituição	Outras Provisões	TOTAL
A 1 de Janeiro de 2019	448 358	-	448 358
Reversões do ano	(20 341)	-	(20 341)
Aumentos do ano	-	99 837	99 837
Ajustamento temporal	7 644	-	7 644
A 31 de Dezembro de 2019	<b>435 662</b>	<b>99 837</b>	<b>535 499</b>
A 1 de Janeiro de 2020	435 662	99 837	535 499
Reversões do ano	(63 458)	-	(63 458)
Aumentos do ano	-	91 271	91 271
Ajustamento temporal	51 031	-	51 031
A 31 de Dezembro de 2020	<b>423 236</b>	<b>191 107</b>	<b>614 343</b>

A Ação Administrativa Comum no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, proposta pela extinta Águas do Oeste contra a Águas da Azambuja no valor de 601.538 Euros motivada pelo não pagamento do diferencial entre os caudais mínimos garantidos no serviço de abastecimento de água e os caudais reais efetivamente consumidos no ano de 2011, foi declarada extinta por Sentença já transitada em julgado, na sequência da decisão da Águas de Lisboa e Vale do Tejo em anular os valores em dívida.

Encontra-se pendente a Ação Administrativa apresentada também pela mesma extinta Águas do Oeste contra a Águas da Azambuja no valor de 730.148 Euros motivada pelo não pagamento do diferencial entre os caudais mínimos garantidos no serviço de abastecimento de água e os caudais reais efetivamente consumidos no ano de 2010. Neste processo foi deduzida oposição com fundamento no facto de a Águas do Oeste não ter concluído



nessa data a sua infraestrutura de abastecimento de água no Município de Azambuja, o que impede nos termos do contrato e da legislação em vigor a aplicação dos caudais mínimos garantidos. Para além da Oposição a Águas da Azambuja apresentou ainda um pedido de reconvenção no valor de 904.431 Euros por perda de faturação motivada por atraso na conclusão das obras do Plano de Investimentos da Águas do Oeste no Município de Azambuja."

## 12. Imposto sobre o Rendimento

O Rendimento por impostos correntes é o indicado no quadro seguinte:

	2020	2019
Imposto Corrente		
IRC do ano	78 217	129 620
	<b>78 217</b>	<b>129 620</b>

Não houve lançamento de novos impostos, sendo que a taxa de IRC manteve a 21%.

A reconciliação numérica entre a taxa média efetiva de imposto e a taxa de imposto aplicável é a indicada no quadro seguinte:

	Base de imposto		Taxa de imposto	
	2020	2019	2020	2019
Resultado antes de impostos	693 354	554 376		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	22,5%	22,5%		
Imposto sobre o lucro à taxa nominal	156 005	124 735	22,50%	22,50%
Proveitos não tributáveis				
Reversão de provisões tributadas em anos anteriores	63 458	20 341		
Restituição de impostos não dedut. e excesso de estim.	-	4 871		
	63 458	25 212	(6,06%)	(5,02%)
Custos não dedutíveis para efeitos fiscais				
Prémios de seguros				
Multas, coimas e juros compensatórios	256	7		
Créditos incobráveis	-	8 210		
Provisões para além limites legais	155 023	91 798		
Ajudas de custo por deslocação em viatura própria do trabalhador	-	23 440		
	155 279	123 455	(9,04%)	(9,01%)
Lucro tributável	785 176	652 619		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	21,00%	21,00%		
Imposto calculado	164 887	137 050	23,78%	24,72%
Tributação autónoma	5 388	5 244	0,78%	0,95%
Derrama	11 778	9 789	1,70%	1,77%
Efeito do aumento / reversão de impostos diferidos	(20 536)	(22 463)	(2,96%)	(4,05%)
	(3 371)	(7 430)	(0,49%)	(1,34%)
Imposto sobre o rendimento	<b>161 516</b>	<b>129 620</b>	<b>23,29%</b>	<b>23,38%</b>

As quantias de ativos por impostos diferidos reconhecidos no balanço para cada período são as indicadas no quadro seguinte:



	Contas Balanço		Contas Demonstração Resultados	
	2020	2019	2020	2019
<b>Impostos Diferidos Ativos</b>				
Provisões não aceites fiscalmente	83 299	62 763	(83 299)	(62 763)
	<b>(83 299)</b>	<b>(62 763)</b>	<b>83 299</b>	<b>62 763</b>

### 13. Instrumentos Financeiros

As divulgações desta nota abrangem as seguintes rubricas do Balanço:

Instrumentos Financeiros Ativos		2020	2019
<b>Corrente</b>			
Clientes			
Valor Bruto		733 131	637 945
Imparidade		(77 939)	(77 599)
		<b>655 192</b>	<b>560 346</b>
Outros créditos a receber			
		486 420	497 643
		<b>1 141 612</b>	<b>1 057 989</b>
Instrumentos Financeiros Passivos		2020	2019
<b>Não corrente</b>			
Financiamentos obtidos			
Outras dividas a pagar		4 898 546	5 374 151
		407 776	427 912
		<b>5 306 322</b>	<b>5 802 063</b>
<b>Corrente</b>			
Fornecedores			
Financiamentos obtidos		736 549	626 702
Outras dividas a pagar		336 871	336 871
		513 783	469 697
		<b>1 587 203</b>	<b>1 433 270</b>
		<b>6 893 526</b>	<b>7 235 333</b>
Instrumentos Financeiros de Capital		2020	2019
<b>Capital</b>			
Outros instrumentos de capital		50 000	50 000
Prestações suplementares		1 895 000	1 895 000
		<b>1 945 000</b>	<b>1 945 000</b>

A rubrica de Financiamentos Obtidos refere-se Contrato de Financiamento em Projet, celebrado com o Banco Caixa BI com data fim a 25 de novembro de 2025.

#### 13.1 Clientes

O saldo de clientes c/c decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	Total	Dívida não vencida	Dívida vencida				
			< 60 Dias	61-90 Dias	91-120 Dias	121-180 Dias	> 180 Dias
Ano 2020	733 131	536 243	79 975	3 583	4 034	11 843	97 453
Ano 2019	637 945	430 639	98 814	9 918	710	33 274	64 590





O movimento ocorrido na imparidade do exercício relativamente a clientes foi o seguinte:

	Saldo Inicial	Reforço do Ano	Utilizações	Reversões	Saldo Final
Exercício de 2020					
Clientes	77 599	340	-	-	77 939
	<b>77 599</b>	<b>340</b>	-	-	<b>77 939</b>
Exercício de 2019					
Clientes	71 389	6 210	-	-	77 599
	<b>71 389</b>	<b>6 210</b>	-	-	<b>77 599</b>

### 13.2 Outros Créditos a Receber

O saldo de Outros Créditos a Receber decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2020	2019
Outros créditos a receber		
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Venda de Água	106 919	123 625
Saneamento	35 140	38 701
Devedores diversos	330 816	330 818
Cauções de Fornecedores	13 620	4 500
	<b>486 494</b>	<b>497 643</b>

### 13.3 Fornecedores

O saldo de Fornecedores decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2020	2019
Fornecedores		
Nacionais	686 217	546 165
Entidades relacionadas	50 332	65 517
Fatura receção e conferência	0	15 020
	<b>736 549</b>	<b>626 702</b>

### 13.4 Outras Dívidas a Pagar

O saldo de Outras Dívidas a Pagar decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2020	2019
Outros dívidas a pagar - não corrente		
Outros credores		
Renda de concessão	407 776	427 912
	<b>407 776</b>	<b>427 912</b>
Outras dívidas a pagar - corrente		
Fornecedores de investimento	117 734	70 251
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a liquidar	38 110	29 729
Juros	165 646	157 131
Fornecimentos e serviços por faturar	30 000	3 300
Diversos	18 187	53 931
Outros credores		
Taxa Municipal RSU	120 193	131 582
Renda de concessão	23 987	23 773

O saldo da rubrica 'Outros Credores – Renda de Concessão' é referente ao Direito de Concessão adquirido pela empresa, conforme respetivo Contrato de Concessão e tem como contrapartida a rubrica de Ativos Intangíveis – Direitos de Concessão.

### 13.5 Financiamentos Obtidos

A empresa tem em carteira os seguintes financiamentos obtidos:

	2020	2019
<b>Não correntes</b>		
Empréstimos bancários		
CGDI	4 898 546	5 374 151
	<b>4 898 546</b>	<b>5 374 151</b>
<b>Correntes</b>		
Empréstimos bancários		
CGDI	336 871	336 871
	<b>336 871</b>	<b>336 871</b>

### 13.6 Capital Subscrito

As quantias do capital social nominal e do capital social por realizar são as indicadas no quadro seguinte:

	2020	2019
Capital social nominal emitido	50 000	50 000
Capital social nominal emitido e realizado		
Aquapor - Serviços, S.A.	37 490	37 490
Luságua - Serviços Ambientais, S.A.	5	5
Luságua Alcanena - Gestão de Águas, S.A.	5	5
Pragosa Ambiente, S.A.	12 500	12 500
	<b>50 000</b>	<b>50 000</b>

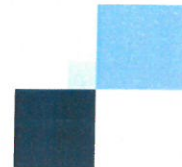
O capital social emitido é composto por 10.000 ações com um valor nominal de 5 Euros cada.

### 13.7 Compromissos Financeiros não incluídos no Balanço

No quadro seguinte apresentam-se as garantias bancárias detidas pela empresa a 31 de dezembro de 2020:

Garantia	Banco	Valor	Referência	Entidade	Motivo
2 501 002 237 093	CGD	3 500	Galp Frota	Petrogal, S.A.	Consumo Combustíveis
2 501 002 609 093	CGD	5 000	Obras Via Pública	EP - Estradas de Portugal	Obra EN3 do Km 4+500 ao Km 4+630D
2594.000197.793	CGD	90 000	Obras	IP - Infraestruturas de Portugal, S.A.	Abertura de Vala Longitudinal EN366 do km 13+900 ao km 21+900





Decorrente do contrato de concessão, existem compromissos financeiros assumidos e não incluídos no Balanço, relativos a Investimentos Futuros e previstos no Contrato de Concessão, que se mantiveram inalterados no corrente exercício ascendendo a cerca de 2.278.814 Euros.

### 13.8 Outros ativos financeiros

Compreende os seguintes valores:

	2020	2019
Derivados com cobertura "CAP" de taxa de juro	8 470	18 900
	<b>8 470</b>	<b>18 900</b>

Associado ao contrato de financiamento da concessão, a Águas da Azambuja, S.A. contratou em 2017 um contrato de CAP Taxa de Juro para fazer a cobertura económica dos juros, a pagar até ao final do período de reembolso do empréstimo. Nessa data o montante de prémio pago por Águas da Azambuja, S.A. foi de 171.700 euros (incluindo um reforço de 36 mil euros efetuado em 2018) e a taxa de Cap foi fixada nos 2%. A diferença na valorização do CAP a 31 de dezembro de 2020, no montante de 10.430 euros foi registada em resultados.

### 13.10 Riscos relativos a instrumentos financeiros

O risco financeiro é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro virem a variar e de se virem a obter resultados diferentes do esperado, sejam estes positivos ou negativos, alterando o valor patrimonial da Empresa.

No desenvolvimento das suas atividades correntes, a Empresa está exposta a uma variedade de riscos financeiros suscetíveis de alterarem o seu valor patrimonial, os quais, de acordo com a sua natureza, se podem agrupar nas seguintes categorias:

- Risco de mercado
  - Risco de taxa de juro
  - Risco de taxa de câmbio
  - Outros riscos de preço
- Risco de crédito
- Risco de liquidez

A gestão dos riscos acima referidos - riscos que decorrem, em grande medida, da imprevisibilidade dos mercados financeiros – exige a aplicação criteriosa de um conjunto de regras e metodologias aprovadas pela Administração,



cujo objetivo último é a minimização do seu potencial impacto negativo no valor patrimonial e no desempenho da Empresa.

Com este objetivo, toda a gestão é orientada em função de duas preocupações essenciais:

- Reduzir, sempre que possível, flutuações nos resultados e cash-flows sujeitos a situações de risco;
- Limitar os desvios face aos resultados previsionais, através de um planeamento financeiro rigoroso, assente em orçamentos plurianuais.

Por regra, a Empresa não assume posições especulativas, pelo que geralmente as operações efetuadas no âmbito da gestão dos riscos financeiros têm por finalidade o controlo de riscos já existentes e aos quais a Empresa se encontra exposta.

A Administração define princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, o risco de liquidez, o risco de crédito e o uso de instrumentos financeiros derivados ou não derivados e o investimento do excesso de liquidez.

A gestão dos riscos financeiros - incluindo a sua identificação e avaliação - é conduzida pela Direção Financeira de acordo com políticas aprovadas pela Administração.

#### Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro vir a variar, devido a alterações nas taxas de juro de mercado, alterando o valor patrimonial da Empresa.

A exposição da Empresa ao risco de taxa de juro advém da existência, no seu balanço, de passivos financeiros contratados a taxa variável.

A Empresa enfrenta um risco de variação do “justo valor” desses passivos, na medida em que qualquer alteração das taxas de mercado envolve um custo de oportunidade (positivo ou negativo). Tal alteração tem um impacto direto no valor dos juros pagos, provocando consequentemente variações de caixa.

#### Risco de taxa de câmbio

O risco de taxa de câmbio é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa de um instrumento financeiro virem a variar em resultados de alterações nas taxas de câmbio.

A Empresa não se encontra exposta ao risco de taxa de câmbio.

#### Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir as suas obrigações ao abrigo de um instrumento financeiro originando uma perda.

A Empresa encontra-se sujeita a risco no crédito que concerne à atividade operacional – clientes, fornecedores e outras contas a receber e a pagar.



Devido ao facto de os clientes da Águas da Azambuja serem consumidores finais de água potável, as suas dívidas e subseqüente crédito estão seguros pela questão dos cortes de fornecimento. Os montantes individuais são reduzidos.

#### 14. Gastos com Pessoal

O detalhe dos Gastos com o Pessoal é o indicado no quadro seguinte:

	2020	2019
Remunerações do Pessoal	230 120	227 028
Indemnizações	381	-
Encargos sobre Remunerações	47 542	44 942
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	3 494	3 249
Gastos de ação social	6 819	5 356
Outros gastos com o Pessoal	1 994	3 142
	<b>290 350</b>	<b>283 716</b>

O número médio de pessoal ao serviço da empresa em 2020 foi de 11 (2019: 10 pessoas).

#### 15. Outras Informações

##### 15.1 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de Estado e Outros Entes Públicos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2020	2019
Saldo a Receber		
Benefício Fiscal	1 890	-
	<b>1 890</b>	<b>-</b>
Saldo a Pagar		
Imposto sobre o rendimento	-	-
Retenções Imposto sobre Rendimento	2 678	2 674
IVA	16 367	10 598
Imposto do Exercício	182 052	152 083
Contribuição para a Segurança Social	5 194	4 768
Benefício Fiscal	4	4
	<b>206 295</b>	<b>170 128</b>

##### 15.2 Diferimentos

Os gastos a reconhecer discriminam-se como segue:

	2020	2019
Gastos a reconhecer		
Rendas	1 996	1 996
Encargos Bancários	59 930	59 930
Outros	6 515	6 539
	<b>68 441</b>	<b>68 465</b>



### 15.3 Reservas e Resultados

A Rubrica de Reservas e Resultados decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	Reservas Legais	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Período	TOTAL
Saldo em 1 de janeiro de 2019	24 272	(508 909)	361 280	(123 357)
Remanescente da aplicação de Resultados	-	361 280	(361 280)	-
Resultado do ano	-	-	424 756	424 756
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>24 272</b>	<b>(147 630)</b>	<b>424 756</b>	<b>301 399</b>
Saldo em 1 de janeiro de 2020	24 272	(147 630)	424 756	301 399
Remanescente da aplicação de Resultados	-	424 756	(424 756)	-
Resultado do ano	-	-	615 137	615 137
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>24 272</b>	<b>277 127</b>	<b>615 137</b>	<b>916 536</b>

### 15.4 Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2020	2019
Subcontratos	356 480	358 127
Serviços Especializados		
Trabalhos especializados	755 524	737 283
Publicidade e propaganda	4 005	3 289
Vigilância e segurança	3 606	1 716
Honorários	4 500	11 564
Comissões	380	636
Conservação e reparação	88 532	48 506
Ouros Serviços Especializados	13 423	3 776
Materiais		
Ferramentas e utensílios	797	1 541
Livros e documentação técnica	20	20
Material de escritório	1 446	770
Artigos para oferta	-	109
Energia e Fluidos		
Eletricidade	43 032	35 067
Combustíveis	12 305	13 519
ÁGUA	-	-
Outros Fluidos	854	1 142
Deslocações, estadas e transportes		
Deslocações e estadas	1 408	5 237
Transportes de Mercadorias	5	-
Serviços Diversos		
Rendas e alugueres	56 482	60 187
Comunicação	39 792	51 072
Seguros	13 881	11 990
Contencioso e notariado	3 504	2 757
Despesas de representação	470	153
Limpeza, higiene e conforto	4 864	4 683
Outros	27 226	24 122
	<b>1 432 537</b>	<b>1 377 268</b>





### 15.5 Outros Rendimentos

A rubrica Outros Rendimentos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2020	2019
Rendimentos Suplementares		
TRH	76 006	47 676
Outros	8 624	17 595
Recuperação de dívidas a receber	6 554	-
Ganhos em Inventários	1 537	2 673
Outros		
Excesso da estimativa para Impostos	1 890	4 871
Outros não especificados	33	1 546
	<b>94 644</b>	<b>74 362</b>

### 15.6 Outros Gastos

A rubrica Outros Gastos decompõem-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2020	2019
Impostos	88 039	75 751
Dívidas incobráveis	-	8 210
Perdas em Inventários	2 846	4 094
Outros Não Especificados	11 138	42 825
	<b>102 024</b>	<b>130 879</b>

### 15.7 Gastos / Reversões de Depreciações

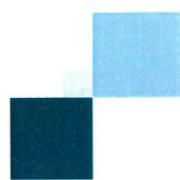
A rubrica Gastos / Reversões de Depreciações decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2020	2019
Gastos de depreciação e de amortização		
Ativos Fixos Tangíveis	3 256	9 260
Ativos Intangíveis	383 651	236 170
	<b>386 906</b>	<b>245 430</b>

### 15.8 Juros e Rendimentos Similares Obtidos

A rubrica Juros e Rendimentos Similares Obtidos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2020	2019
Juros Obtidos		
Atraso de pagamento de clientes	4 252	3 688
Outros Rendimentos Similares	38	14
	<b>4 291</b>	<b>3 702</b>



## 15.9 Juros e Gastos Similares Suportados

A rubrica Juros e Gastos Similares Suportados decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2020	2019
Juros Suportados		
Empréstimos Bancários	89 926	110 067
Empresas de grupo	11 092	11 163
Mora e Compensatórios	2	234
Outros Gastos e Perdas de Financiamento		
Comissões bancárias sobre empréstimos / financiamento	12 502	25 720
Serviços Bancários	(99)	478
Comissões Garantias	-	16 877
IPC Renda Concedente	4 204	1 702
Outros	64 894	21 432
	<b>182 521</b>	<b>187 672</b>

## 15.10 Trabalhos para a Própria Empresa

A rubrica Trabalhos para a Própria Empresa decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2020	2019
Trabalhos para a Própria Empresa		
Ativos Intangíveis	2 011	4 192
	<b>2 011</b>	<b>4 192</b>

## 16. Aspetos Ambientais

Em 2020 a sociedade não incorreu em encargos significativos de carácter ambiental, excetuando aqueles que se relacionam diretamente com o objeto da sua atividade.

Em 2020 não se encontra registado nas Demonstrações Financeiras qualquer passivo de carácter ambiental nem é divulgada qualquer contingência ambiental, por ser convicção da Administração que não existem a essa data obrigações ou contingências provenientes de acontecimentos passados de que resultem encargos materialmente relevantes para a sociedade.

## 17. Acontecimentos após a data do Balanço

A data em que as demonstrações financeiras estão autorizadas para emissão é 06 de abril 2021.

Estas Demonstrações Financeiras foram autorizadas para emissão pelo conselho de Administração.

O surto pandémico do novo Coronavírus (SARS-CoV-2/COVID-19), veio alterar a vida a milhões de pessoas, e impactar o mercado global. Embora a Sociedade tenha sentido os efeitos desta pandemia, estes não tiveram impactos materiais.

No dia 15 de janeiro de 2021, o Governo português declarou um novo estado de emergência, obrigando a um novo confinamento devido à continuação da disseminação do coronavírus (SARS-CoV-2/COVID-19).

A Administração considera que esta situação não produzirá efeitos negativos sobre a atividade e a rentabilidade da Entidade durante o exercício económico de 2021.





## 18. Divulgações exigidas por Diplomas Legais

Das informações legalmente exigidas noutros diplomas, designadamente nos artigos 66.º, 324.º, 397.º, 447.º e 448.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), das disposições legais decorrentes do Decreto-Lei n.º 328/95, de 9 de dezembro e das disposições referidas no Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de outubro, importa referir que:

- a) Em obediência ao disposto no n.º 2 do artigo 324.º do CSC informa-se que a empresa não possui quaisquer ações próprias e nem efetuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza;
- b) Em obediência ao disposto no n.º 4 do artigo 397.º do CSC informa-se que, no decorrer de 2019, não foram efetuados quaisquer negócios entre a Empresa e membros dos seus órgãos sociais;
- c) Na Nota 1 deste relatório, é apresentada a estrutura acionista completa da Empresa. Desta forma obedece-se ao disposto nos artigos 447º e 448º do CSC;
- d) Em obediência ao disposto no artigo 21.º do Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a empresa não é devedora em mora a qualquer caixa de previdência, resultando os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2020, da retenção na fonte dos descontos e contribuições referentes ao mês de dezembro, cujo pagamento se efetuou em janeiro de 2021, nos prazos legais.

### Conselho de Administração

### Contabilista Certificado





## Certificação Legal das Contas

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da ADAZ - Águas da Azambuja, S.A. (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 10.492.474 euros e um total de capital próprio de 2.778.237 euros, incluindo um resultado líquido de 531.838 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data e o Anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da ADAZ - Águas da Azambuja, S.A. em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do Relatório de Gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.



Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 11 de maio de 2021

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas  
Representada por:



Paulo Jorge Luís da Silva (ROC nº 1334)  
Registado na CMVM com o nº 20160944



## Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Em cumprimento do disposto no artigo 420 al. g) do Código das Sociedades Comerciais, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa ação fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração de ADAZ - Águas da Azambuja, S.A. (a Entidade), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

No decurso do exercício, acompanhámos a atividade da Entidade tendo efetuado os seguintes procedimentos:

- Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à Entidade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- Verificámos a adequacidade dos documentos de prestação de contas;
- Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados nas contas conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados da Entidade;
- Estivemos disponíveis para receber as comunicações de irregularidades apresentadas por/provenientes dos acionistas, colaboradores da Entidade e outros;
- Confirmámos que o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, satisfazem os requisitos legais aplicáveis e refletem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício;
- Averiguámos da observância pelo cumprimento da lei e do contrato de sociedade;
- Cumprimos as demais atribuições constantes da lei e do contrato de sociedade.

No decurso dos nossos atos de verificação e validação que efetuámos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivemos do Conselho de Administração e dos Serviços as provas e os esclarecimentos que consideramos necessários.

No âmbito do trabalho de revisão legal de contas que efetuámos, foi emitida, nesta data, a correspondente Certificação Legal das Contas sem reservas e sem ênfases.

Face ao exposto decidimos emitir o seguinte parecer:



## Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Procedemos à ação de fiscalização de ADAZ - Águas da Azambuja, S.A. nos termos do artigo 420 do Código das Sociedades Comerciais, em resultado da qual somos de parecer que:

- (a) A proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão do exercício de 2020 cumpre com os requisitos relativos à constituição da reserva legal e com os limites de distribuição de lucros aos acionistas previstos no Código das Sociedades Comerciais;
- (b) O Relatório de Gestão do exercício de 2020 satisfaz os requisitos previstos no Código das Sociedades Comerciais; e
- (c) O Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo do exercício de 2020, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis.

Lisboa, 11 de maio de 2021

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas  
Representada por:



Paulo Jorge Luís da Silva (ROC nº 1334)  
Registado na CMVM com o nº 20160944